

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Estácio Participações S.A. (“Estácio” ou “Companhia”) apresenta o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, elaboradas de acordo com os princípios do International Financial Reporting Standards (“IFRS”) e acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes.

SUMÁRIO:

1. Perfil Corporativo.....	2
2. Cenário Econômico.....	2
3. Mensagem da Administração e Perspectivas Estratégicas.....	3
4. Desempenho Financeiro.....	5
5. Desempenho Operacional.....	8
6. Modelo Acadêmico.....	8
7. Regulatório.....	10
8. Governança Corporativa.....	12
9. Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa.....	15
10. Colaboradores.....	17
11. Auditores Independentes.....	19
12. Declaração da Diretoria Executiva.....	19

Perfil corporativo

A Estácio é segunda maior organização privada de ensino superior do Brasil em número de alunos matriculados. Constituída em 31 de março de 2007 como sociedade anônima de capital aberto. Listada no Novo Mercado da Bovespa, a Companhia possui um padrão de governança corporativa diferenciado.

Em 31 de dezembro de 2018, a base de alunos da Estácio totalizava 517,8 mil alunos. A Estácio é formada por uma universidade, dez centros universitários e 44 faculdades credenciadas pelo MEC. Com uma capilaridade nacional representada por 92 campi e 607 polos de ensino à distância, presentes nos principais centros urbanos de todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, estrategicamente localizados nas proximidades das residências e/ou dos locais de trabalho de nosso público alvo.

O crescimento da Estácio no mercado é atribuído a alguns fatores preponderantes: (I) à qualidade de seus cursos e do seu corpo docente, (II) à adoção de modernas práticas de gestão, (III) às inovações tecnológicas e acadêmicas proporcionadas a seus alunos, (IV) à localização estratégica de suas unidades e, (V) à prática de preços competitivos, acessíveis ao seu público-alvo. Com currículos nacionalmente integrados, oferece cursos de graduação, nas modalidades presencial e de ensino a distância, nas áreas de Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Ciências Humanas, em graduação tradicional e tecnológica. Oferece também cursos de pós-graduação lato-sensu e stricto-sensu, cursos de mestrado, doutorado e de extensão. Com um modelo de gestão orientado para resultados e para a qualidade, desenvolvemos uma metodologia de ensino, moderna e diferenciada. Como resultado da capacidade empresarial e financeira, da inovação e da melhoria constante de seus cursos, a marca Estácio é reconhecida e valorizada no mercado.

Cenário Econômico

O ano de 2018 foi marcado por oscilações no cenário econômico global. Com exceção dos Estados Unidos, o crescimento nas principais economias do globo permaneceu aquém do esperado. O protagonismo norte-americano trouxe fortalecimento do dólar frente as principais divisas internacionais, contribuindo para originar crises em países emergentes, como Turquia e Argentina. Na China, o crescimento econômico registrou o nível mais fraco desde a crise financeira, impactado, principalmente, pela disputa comercial com os EUA – que também contribuiu para limitar o crescimento global.

Em relação à economia brasileira, o país seguiu em recuperação lenta após um período de recessão. O ano de 2018 foi marcado por grandes incertezas, com destaque para aquelas

associadas à questão fiscal e ao desequilíbrio estrutural das contas públicas, em particular a da previdência. Adicionalmente, outros fatores como a eleição presidencial e a greve dos caminhoneiros contribuiu para restringir o avanço da recuperação econômica.

Como resultado, ao longo do ano, observamos importante deterioração nas expectativas de crescimento do PIB. A mediana das estimativas dos analistas consultados pelo relatório Focus do Banco Central recuou de 3,0% no início do ano para 1,3% em dezembro. Tal conjunto de incertezas também pesou sobre a cotação do dólar frente ao real, que registrou alta de cerca de 22% no ano, encerrando 2018 cotada a R\$3,91, após atingir a máxima histórica de R\$4,19 em setembro, às vésperas da eleição presidencial.

A inflação, por outro lado, permaneceu sob controle a despeito da pressão dos preços dos combustíveis e de energia. No acumulado dos últimos 12 meses encerrados em novembro, o IPCA registrou avanço de 4,05%, abaixo do centro da meta de inflação do Banco Central (4,5%).

Embora o desemprego tenha permanecido elevado, com cerca de 12 milhões de desocupados, a taxa de desemprego recuou ao longo do ano, atingindo 11,6% na última medição do ano, registrando 7 quedas consecutivas e atingindo o menor percentual desde meados de 2016. Adicionalmente, após um longo ciclo de cortes na taxa de juros, a Selic atingiu sua mínima histórica em 6,5% ao ano, permanecendo neste patamar pela maior parte de 2018.

A combinação desses fatores promoveu um importante avanço na confiança do consumidor, o índice fechou o ano 5,7 pontos acima do mesmo período do ano anterior, fechando a 93,8¹ pontos em dezembro de 2018.

Apesar do cenário de incertezas e grandes desafios, a Estácio segue otimista em relação ao crescimento e desenvolvimento do Brasil, que continua sendo um país com muitas oportunidades de negócio, em especial no segmento de educação, com significativo mercado consumidor e com instituições fortes e independentes.

Mensagem da Administração e Perspectivas Estratégicas

O ano de 2018 foi um importante marco para a Estácio. A despeito do cenário de grande incerteza econômica e lenta recuperação, a Companhia provou mais uma vez sua capacidade de entregar sólidos resultados, que nos motivam a seguir evoluindo em 2019.

Ao longo do ano, observamos resultados importantes do plano implementado ao final de 2017, com destaque para três grandes frentes de atuação: (i) reestruturação organizacional incluindo

¹ Fonte: FGV

docentes, (ii) revisão do modelo de ensino (ex: compartilhamento e equivalência de matérias, percurso alternativo, oferta de turmas de dependência, dentre outras) e (iii) projetos de eficiência de custos/despesas.

Para 2018, a Companhia implantou outras iniciativas que geraram importantes resultados.

Entre as iniciativas, destacamos a introdução do DIS (Diluição Solidária), modalidade que permitiu a Companhia acessar uma parcela da receita das primeiras mensalidades dos novos alunos captados que no passado eram concedidas com desconto total ou parcial. Nesse primeiro ano de operação do DIS observamos forte adesão do programa, chegando a corresponder por cerca de 80% da captação no ano, enquanto a evasão permaneceu dentro da expectativa da Companhia.

Ressaltamos também o nosso programa de parcelamento estudantil próprio (PAR), que encerrou o ano correspondendo a ~5% da base de alunos presencial.

Essas ações contribuíram para preservar nosso ticket médio e captar novos alunos.

Adicionalmente, a Companhia ampliou e deu mais visibilidade ao segmento EAD Flex, uma modalidade de EAD, 100% digital com atividades práticas laboratoriais presenciais, que une a flexibilidade do curso a distância à experiência do campus. Apesar de recente, o modelo apresentou boa aceitação e será aprimorado e expandido ao longo de 2019. Este produto beneficia a receita do segmento EAD uma vez que possui ticket médio superior a modalidade 100% online.

Em termos operacionais, destacamos a forte expansão do EAD, com adição líquida de 323 novos polos, totalizando 607 em 2018. A companhia lançou um total de 49 novos cursos e mais de 25 mil ofertas, quase 3 vezes mais que o número de ofertas ao final de 2017.

O segmento presencial avançou com a entrega de 3 campi de medicina conforme o Programa Mais Médicos I. Também inauguramos três novos greenfields e quase 350 novas ofertas, um aumento de 20% quando comparado ao final de 2017. Além disso, como evento subsequente, a Estácio anunciou em janeiro de 2019 o compromisso de execução para implantar três novos cursos de Medicina associados ao Programa Mais Médicos II com previsão de inauguração até o primeiro semestre de 2020. Assim, a Estácio se consolida como a instituição com maior número de alunos no setor de saúde.

A Companhia alcançou um novo patamar de eficiência de custos/despesas através de diversas iniciativas implantadas ao longo de 2018.

Com isso, a receita operacional líquida atingiu R\$ 3.619,4 milhões, um avanço de 7,1% em relação a 2017. Aliado a maior eficiência em custos, obtivemos sólido crescimento de 22,3% A/A no EBITDA ajustado, que totalizou R\$ 1,154,8 milhões com margem ajustada de 31,9%, aumento de 4,0 p.p quando comparado a 2017. O lucro líquido registrou avanço de 51,9% A/A, atingindo R\$ 644,9 milhões. Por fim, encerramos o ano de 2018 com o Fluxo de Caixa Operacional (antes Capex) em R\$1.056,7 milhões, 16,4% acima de 2017 e a conversão EBITDA em FCO atingindo 73,9% (já ajustada pelo recebimento da PN-23).

Para 2019, enfrentaremos desafios como (i) cenário macroeconômico (ii) número elevado de formandos de alunos FIES e (iii) aumento da PDD decorrente da mudança de mix de base de aluno (diminuição da base de alunos FIES, crescimento dos programas DIS e PAR e de alunos EAD). Não obstante, estamos preparados para enfrentá-los e entregar resultados superiores para os nossos stakeholders. Nossos recursos serão direcionados para melhorar a experiência dos nossos alunos e professores, além de gerar impacto, na Receita: Aprimoramento do processo captação e retenção e aceleração da expansão dos polos EAD, produto Flex, lançamento de novos cursos e maturação de novos polos. Contaremos ainda com a expansão dos nossos cursos de saúde, impulsionados pela inauguração e maturação dos campi de medicina aprovados pelo programa Mais Médicos I e II. Pela ótica de custos/despesas (ex-PDD) buscaremos sustentar os avanços de eficiência que alcançamos ao longo de 2018, assim como capturar os ganhos de um ano completo em 2019. Por fim, encerramos o ano em 2018, o Fluxo de Caixa Operacional antes de CAPEX (FCO) foi positivo em R\$1056,7 milhões, 16,4% acima de 2017. Assim, a relação FCO/EBITDA antes do Capex, ajustada pelo recebimento da PN-23, foi 73,9% em 2018

Por fim adotaremos postura regulatória proativa para estar à frente das mudanças que impactam nossa indústria e trabalharemos nosso posicionamento estratégico para nos tornarmos a opção inteligente no segmento de ensino superior.

Desempenho Financeiro

Os dados financeiros utilizados para elaboração da análise consideram o resultado consolidado da Estácio.

Em R\$ Milhões	2017	2018	Δ%
Receita Operacional Bruta	5.410,7	5.784,2	6,9%
Mensalidades	5.370,4	5.747,8	7,0%
Outras	40,3	36,4	-9,8%
Deduções da Receita Bruta	(2.031,8)	(2.164,8)	6,5%
Receita Operacional Líquida	3.379,0	3.619,4	7,1%
Custos dos Serviços Prestados	(1.777,1)	(1.632,8)	-8,1%
Lucro Bruto	1.601,9	1.986,6	24,0%

Margem Bruta	47,4%	54,9%	7,5 p.p.
Despesas Comerciais	(443,6)	(553,0)	24,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(598,3)	(614,3)	2,7%
Outras receitas/despesas operacionais	(16,5)	(47,2)	N.A.
EBIT	543,5	772,0	42,0%
Margem EBIT	16,1%	21,3%	5,2 p.p.
(+) Depreciação e amortização	(194,3)	(195,4)	0,6%
EBITDA	737,8	967,4	31,1%
Margem EBITDA	21,8%	26,7%	4,9 p.p.
Lucro Líquido	424,6	644,9	51,9%
Margem Líquida	12,6%	17,8%	5,3 p.p.

EBITDA Ajustado	944,0	1.154,8	22,3%
Margem EBITDA Ajustada	27,9%	31,9%	4,0 p.p.

- Receita operacional líquida.** Em 2018, a receita operacional líquida totalizou R\$3.619,4 milhões, um crescimento de 7,1% em relação a 2017. Essa variação é explicada pelos seguintes fatores: (I) crescimento do ticket médio, (II) novos cursos (presencial e EAD) e (III) expansão da base de alunos do seguimento EAD.
- Custos dos serviços prestados.** Em 2018, o custo dos serviços prestados totalizou R\$1.632,8 milhões e 45,1% da receita operacional líquida, apresentando um ganho de margem de 7,5 p.p, quando comparado com o ano de 2017. O custo de pessoal reduziu em R\$152,8 milhões, devido a reestruturação organizacional ocorrida ao final de 2017, aumento de compartilhamento de disciplinas, percurso alternativo e maiores ofertas de disciplinas equivalentes e ofertas de turmas de dependência. Na linha de serviço de terceiros houve uma redução 5,3 milhões, fruto das iniciativas de eficiência da companhia.
- Lucro Bruto.** O lucro bruto aumentou 24,0%, totalizando R\$1.986,6 milhões em 2018, em comparação aos R\$1.601,9 milhões registrados em 2017, acompanhando o crescimento da receita operacional líquida e resultado dos processos implementados para melhor gestão dos custos dos serviços prestados.
- Despesas Comerciais.** As despesas comerciais totalizaram R\$553,0 milhões em 2018, contra R\$443,6 milhões em 2017, um aumento de 24,7%, devido ao aumento da provisão para devedores duvidosos (PDD) em função do aumento de representatividade dos novos produtos de captação (PAR e DIS) na base de alunos.
- Despesas gerais e administrativas.** Em 2018, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$614,3 milhões, 2,7% acima do registrado em 2017. As despesas com

peçoal reduziram R\$6,6 milhões, devido a ajuste no quadro de funcionários do apoio e sede. Na linha de serviço de terceiro houve um aumento em 47,8%, devido as consultorias contratadas ao longo do ano para conduzir os principais projetos de eficiência da companhia.

- **EBITDA ajustado¹.** No ano totalizou R\$ 1.154,8 milhões, avançando 22,3% em relação ao ano anterior e atingindo uma Margem EBITDA de 31,9% (+4,0 p.p. vs 2017). Contribuíram para este resultado: (i) o avanço da receita, influenciada pelo melhor mix da base, com ticket mais alto e maior oferta de cursos; (ii) pela expansão do EAD; (iii) o efeito positivo da introdução do DIS, que permitiu a Companhia acessar uma parcela da receita dada como desconto no passado; e (iv) eficiência operacional e redução relevante dos custos e despesas associadas a pessoal.

¹ – EBITDA Ajustado em R\$164,5 milhões no 4T18 e R\$193,1 milhões no 4T17 devido principalmente a despesas com reestruturação organizacional nas unidades e no corporativo e despesas com consultorias não recorrentes.

- **Lucro líquido.** O lucro líquido foi de R\$644,9 milhões, 51,9% acima do registrado no ano de 2017 com um ganho de margem de 5,3 p.p, em função da melhoria dos resultados operacionais e da redução das despesas financeiras.
- **Dividendos.** Em 2018, a Companhia distribuiu R\$500,8 milhões em dividendos a seus acionistas.
- **Investimentos.** Em 2018, a Estácio investiu R\$248,5 milhões, um aumento de 58,3% quando comparado com o ano de 2017. Esse aumento está relacionado a melhorias em diversas unidades e expansão de novos cursos e melhorias dos já existentes. Durante o ano de 2018, a Estácio inaugurou três unidades do curso de medicina, no âmbito do projeto mais médicos: Juazeiro (BA), Alagoinhas (BA) e Jaraguá do Sul (SC), além de três *greenfields* localizados em São José do Rio Preto (SP), Goiânia (GO) e Volta Redonda (RJ).
- **Caixa.** Em 31 de dezembro de 2018, o caixa da Companhia totalizava R\$818,0 milhões, 56,0% acima em relação a 2017. Em agosto, recebemos a última parcela da PN23 no valor de R\$342,1 milhões. Em dezembro a companhia aprovou uma emissão de Nota Promissória em série única, no montante total de R\$600,0 milhões. Como evento subsequente, em fevereiro, a companhia concluiu a emissão da Debenture V, no mesmo valor da nota promissória, emitido em duas séries de vencimento em 3 e 5 anos com custo de CDI +0,585% e CDI +0,785% respectivamente.
- **Endividamento.** O endividamento bancário da Estácio totalizou R\$875,8 milhões em 2018, representando um aumento 30,9% quando comparado ao ano de 2017. A Dívida Líquida da Estácio Alcançou 57,8 milhões, 60,1% menor que ao final de 2017.

- **Recompra de Ações:** ao longo de 2018, a companhia usou parte do caixa para recomprar as suas ações. Até setembro/18 a companhia recomprou um volume financeiro de R\$ 250 milhões em ações e atualmente detém 2,9% do capital social em tesouraria.

Desempenho Operacional

Ensino Presencial: Ao final de 2018, a base de alunos presencial totalizava 314,7 mil alunos, 8,7% a menos quando comparado ao ano de 2017. Esse resultado tem efeito da redução de 29,7% da base de alunos FIES. A base de alunos FIES totalizou 64,8 mil alunos ao final de 2018, representando 20,6% da base total de alunos do seguimento presencial. Excluindo-se o efeito da redução da base de alunos FIES, a base total de alunos (Ex-FIES) aumentou



7,1%, enfatizando os diferenciais da Estácio para atrair novos alunos e evidenciando a não-dependência do FIES no processo de captação. Seguimos com foco na qualidade do aluno captado e em políticas de retenção desses alunos, que no último semestre de 2018 alcançou 84% no seguimento presencial e 78% no seguimento de ensino a distância.

Ensino a distância – EAD: Em 2018, a base de alunos EAD apresentou um aumento de 19,0% em relação ao ano de 2017, totalizando 203,1 mil alunos, fortemente influenciada pela expansão de 323 novos polos em relação ao ano de 2017. O grande destaque do seguimento EAD foi na base de alunos EAD Flex que apresentou um aumento 36% em relação ao ano anterior, totalizando 20,6 mil alunos. A base de alunos 100% EAD apresentou um aumento de 20% em relação a 2017, totalizando 135,5 mil alunos.

Modelo Acadêmico

A Estácio desenvolveu e vem aperfeiçoando, ao longo dos últimos anos, um Modelo de Ensino nacionalmente integrado, que procura atender à diversidade de seus cursos e às diferentes necessidades acadêmico-pedagógicas de alunos e professores, garantindo a qualidade acadêmica, a nacionalização dos currículos e a padronização dos recursos didáticos próprios, respeitadas as demandas loco regionais, e assegurando a escalabilidade do negócio.

Com o objetivo de tornar efetivo o modelo e utilizar uma visão multidisciplinar na definição de projetos, planos e práticas pedagógicas, a Estácio adotou uma metodologia proprietária de construção coletiva do conhecimento, tendo a participação de docentes das diferentes IES do Grupo Estácio, em todo Brasil, na elaboração das matrizes curriculares e respectivos conteúdos.

Além dos currículos nacionalizados, o Modelo tem como pilares os recursos didáticos e a inovação tecnológica, plataformas virtuais de aprendizagem, sistemas integrados de avaliação e programas de complementação e reforço acadêmico que, aplicados concomitantes a práticas de gestão, permitem o permanente acompanhamento do desempenho dos alunos.

A recente geração de 86 matrizes curriculares, implantadas em 2018, incorpora inovações metodológicas, a partir da adoção de disciplinas híbridas, e consolida o uso intensivo de tecnologias digitais, promovendo a articulação e integração entre a sala de aula presencial e o ambiente virtual. Desse modo, as metodologias tradicionais cedem cada vez mais espaço a metodologias ativas, conferindo protagonismo ao aluno e oferecendo ao professor recursos para uma mediação pedagógica mais colaborativa e sintonizada com as novas mídias. Neste sentido, foi realizado um programa de capacitação dos docentes em metodologias ativas e desenvolvido o projeto de modelagem e construção de Sala de Metodologias Ativas em mais de 30 Unidades.

Os diferentes objetos de aprendizagem produzidos ou curados pela Estácio ficam disponíveis em formato digital num único lugar, a SAVA (Sala de Aula Virtual de Aprendizagem), com acesso gratuito, disponível para todos os tipos de aparelhos (celulares, *tablets*, computadores), *on time* e sem necessidade de solicitação. Essa convergência midiática permite reunir, em um mesmo ambiente virtual, todos os recursos didáticos para alunos e professores, garantindo o acesso integral aos livros da Biblioteca Virtual, além de portais de periódicos, livro didático próprio, videoaulas, conteúdo *on-line*, *smartbooks*, roteiros de estudo, apresentações utilizadas nas aulas e outros recursos.

Esse conjunto, somado às atividades acadêmicas complementares com seus eixos transversais voltados para cidadania, empreendedorismo, direitos humanos e sustentabilidade, contribui para a formação de profissionais competentes e com melhores oportunidades de colocação no mercado de trabalho.

Finalmente, o modelo de ensino é uma forma de responder à necessidade de escalabilidade, mobilidade e sustentabilidade dos serviços educacionais prestados pela Estácio, com o aprimoramento permanente da qualidade acadêmica e da responsabilidade social.

Qualidade de ensino e Gestão da Aprendizagem

A Estácio implantou uma série de ferramentas e processos que permitem aos professores e equipes acadêmicas monitorar a qualidade acadêmica e a satisfação dos alunos, bem como

identificar as fragilidades e potencialidades de cada um dos alunos a partir do desempenho em provas, exercícios e simulados.

Com a contribuição de seus professores, a Estácio conta com um banco de questões com cerca de 640 mil itens validados para uso em simulados e avaliações, além das questões produzidas e em processo de validação. Esse recurso permite que sejam realizadas provas nacionais integradas e projetos de reforço acadêmico, o que possibilita uma análise minuciosa dos resultados e consequentes dados analíticos ricos, inteligentes a ponto de permitirem ajustes de desvios, ranking, médias, percentuais de desempenho em todos os níveis (por aluno, turma, unidade, curso, região).

Baseada nas análises dos relatórios de desempenho acadêmico, a Estácio vem continuamente aprimorando a gestão da aprendizagem e os projetos de retenção acadêmica. Em 2018, o Programa de Reforço Acadêmico envolveu os seguintes projetos:

- “Avaliando o Aprendizado”, com mais de 75% da base de alunos presenciais realizando simulados preparatórios para as avaliações;
- “Nova Chance”, com mais de 92 mil alunos em programa de recuperação paralela tendo chances reais de reversão de resultados ruins;
- “Prepara”, com mais de 93 mil acessos a aulas de revisão ao vivo e chat antes das principais provas;
- Simulado AV1, com mais de 182 mil simulados realizados, oportunizando obtenção de pontos extras na primeira avaliação por meio de simulados realizados pelos alunos nas primeiras semanas de aula e;
- “Dependência”, com mais de 22 mil alunos reprovados em disciplinas cursando a disciplina em dependência simultaneamente ao semestre subsequente, em menor tempo e sem impacto na sua progressão acadêmica quando aprovado.

Além disso, foram revisados os critérios de avaliação de diversas disciplinas e implantado o projeto piloto de avaliação formativa em 7 disciplinas que são compartilhadas entre cursos comuns a uma mesma área de conhecimento.

Regulatório

Avaliação: ENADE e visitas in loco

O resultado dos cursos das Instituições da Estácio avaliados no ciclo ENADE 2017 foi publicado no Diário Oficial da União no dia 17 de dezembro de 2018. Dos 253 cursos (nas modalidades presencial e EAD), das áreas de Tecnologia da Informação, Engenharias e Licenciaturas

avaliados com conceitos que variam em uma escala de faixa de 1 a 5, 95% obtiveram Conceito Preliminar de Curso (CPC) satisfatório.

Todas as Instituições da Estácio obtiveram Índice Geral de Cursos (IGC) satisfatório, sendo que sete Instituições receberam nota 4, em uma escala de 1 a 5.

Em relação às visitas *in loco*, igualmente relevante para a consolidação do modelo em termos regulatórios, das avaliações realizadas pelo MEC em todo o Brasil em 2018 (131 visitas para verificação de cursos e 7 visitas de polos e Instituições), 100% receberam notas 3, 4 ou 5, em uma escala de 1 a 5.

Avaliação: Mestrado e Doutorado

Em razão da periodicidade quadrienal, a boa avaliação nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (cursos de mestrado e doutorado) vem sendo mantida, segundo a escala da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Mestrado e Doutorado em Direito com a nota 5 é destaque no estado do Rio de Janeiro. A qualidade atestada pela nota 4 dos Mestrados e Doutorados em Educação e em Odontologia, a mesma avaliação dos Mestrados Profissionais em Administração e Desenvolvimento Empresarial e em Saúde da Família, indica a continuação da excelência desses cursos.

Credenciamento de novas Instituições

Durante o ano de 2018, o MEC publicou as portarias de credenciamento de mais quatro Instituições Estácio:

i) Faculdade Estácio de Maringá (aprovada com nota 3 na visita de avaliação *in loco* – escala de 1 a 5), localizada no município de Maringá, estado do Paraná, com a autorização para a oferta dos seguintes cursos: Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, com 100 vagas anuais; Administração (Bacharelado), com 100 vagas anuais; Ciências Contábeis (Bacharelado), com 100 vagas anuais; Curso Superior de Tecnologia em Marketing, com 100 vagas anuais; e Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira, com 100 vagas anuais.

ii) Faculdade Estácio de Passos (aprovada com nota 4 na visita de avaliação *in loco* – escala de 1 a 5), localizada no município de Passos, estado de Minas Gerais, com a autorização para a oferta dos seguintes cursos: Pedagogia (Licenciatura), com 80 vagas anuais; Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, com 80 vagas anuais; Ciências Contábeis (Bacharelado), com 80 vagas anuais; Administração (Bacharelado), com 60 vagas anuais, e Curso Superior de Tecnologia em Logística, com 80 vagas anuais.

Projeto Mais Médicos I – Edital nº 6/2014/SERES/MEC – Credenciamento de Instituições e Autorização de Cursos de Medicina

i) Faculdade Estácio de Jaraguá do Sul: no dia 8 de março de 2018, foi publicada a Portaria de Credenciamento da Faculdade Estácio de Jaraguá do Sul e a autorização do Curso de Medicina da Instituição, localizada no município de Jaraguá do Sul, no estado de Santa Catarina, com 50 vagas totais anuais, conforme o Edital nº 6/2014/SERES/MEC, primeiro edital de chamada pública de mantenedoras de Instituições de Educação Superior do Sistema Federal de Ensino para seleção de propostas para autorização de funcionamento de cursos de medicina em municípios selecionados no âmbito do Edital nº 3/2013.

ii) Faculdade Estácio de Alagoinhas: no dia 28 de março de 2018, foi publicada a Portaria de Credenciamento da Faculdade Estácio de Alagoinhas e a autorização do Curso de Medicina da Instituição, localizada no município de Alagoinhas, no estado da Bahia, com 65 vagas totais anuais, conforme o Edital nº 6/2014/SERES/MEC, primeiro edital de chamada pública de mantenedoras de Instituições de Educação Superior do Sistema Federal de Ensino para seleção de propostas para autorização de funcionamento de cursos de medicina em municípios selecionados no âmbito do Edital nº 3/2013.

iii) Faculdade Estácio de Juazeiro: no dia 28 de março de 2018, foi publicada a Portaria de Credenciamento da Faculdade Estácio de Alagoinhas e a autorização do Curso de Medicina da Instituição, localizada no município de Alagoinhas, no estado da Bahia, com 55 vagas totais anuais, conforme o Edital nº 6/2014/SERES/MEC, primeiro edital de chamada pública de mantenedoras de Instituições de Educação Superior do Sistema Federal de Ensino para seleção de propostas para autorização de funcionamento de cursos de medicina em municípios selecionados no âmbito do Edital nº 3/2013.

Projeto Mais Médicos II – Edital nº 1/2018/SERES/MEC

No dia 28 de dezembro de 2018, foi publicada a Portaria nº 924/2018, que homologou o resultado final do Edital nº 1/2018/SERES/MEC, com a seleção de 3 propostas apresentadas pela Estácio: Castanhal/PA (credenciamento de nova IES e autorização de curso de Medicina), Quixadá/CE (credenciamento de campus fora de sede de uma IES já existente no estado do Ceará – Centro Universitário Estácio do Ceará – e autorização de curso de Medicina), e Canindé/CE (credenciamento de nova IES e autorização de curso de Medicina)

Governança Corporativa

Qualidade, excelência de gestão, integridade empresarial, conformidade ética e disseminação do acesso à educação no país são compromissos da Estácio com os seus acionistas e com todos os públicos com os quais interagimos.

Em novembro de 2008, aderimos ao Novo Mercado, o mais alto nível de Governança Corporativa do Brasil, em busca de maior transparência e eficiência de nossa Administração. Com isso, a Estácio passou a observar as normas e condições previstas no Regulamento do Novo Mercado, tais como: capital social formado exclusivamente por ações ordinárias, eleição de membros independentes para o Conselho de Administração e solução de conflito através de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado.

Com a pulverização do capital em outubro de 2010, a Estácio passou a adotar a partir de 2011, práticas de governança, tais como: (i) disponibilização do Manual do Acionista para participação nas Assembleias Gerais (ii) associação ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBCG”), a partir de 2012; (iii) publicação anual do Relatório de Sustentabilidade, a partir de 2014, com adoção da metodologia da *Global Reporting Initiative* (“GRI”) e suas Diretrizes G4, seguindo padrões internacionais de governança; (iv) publicação de Políticas Corporativas, como Política de Negociação de Valores Mobiliários (2007), Política de Ato e Fato Relevante (2007), Política Transações entre Partes Relacionadas (2015), Política de Gerenciamento de Riscos (2017, atualizado em 2018), Política de Remuneração (2018), Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos Comitês (2018), Política de Segurança da Informação (2017, atualizado em 2018), Código de Ética e de Conduta (2008, atualizado em 2016) e Código Anticorrupção (2016), em conjunto denominadas Políticas Corporativas da Companhia.

A partir de 2017, considerando as novas regras de governança e *compliance* outorgadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e pela B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão S.A. (“B3”), bem como as melhores práticas adotadas no mercado nacional e internacional, a Companhia passou e disseminar práticas de governança para todos os seus *stakeholders*, como por exemplo: (i) Campanhas institucionais internas periódicas de *compliance*; (ii) treinamentos periódicos aos Colaboradores e Administradores; (iii) atualização e criação de políticas corporativas, regimentos internos e códigos, divulgadas no website (www.estacio.br/ri), no Portal de Governança da Companhia e nos sistemas dos agentes reguladores; (iv) transformação de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração em estatutários; (v) criação de Comitês de Assessoramento à Diretoria; (vi) reformulação do escopo de atuação de auditoria interna e implementação de uma área de gerenciamento de riscos; (vii) criação de um Canal Confidencial de Denúncias; (viii) utilização e fidelização do Portal de Governança utilizados pelos Administradores da Companhia, pelos membros do Conselho Fiscal e pelos membros dos Comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração - um canal versátil e prático de acesso e guarda de informações da Companhia, de forma segura e transparente, aos principais documentos da Companhia, bem como à agenda de reuniões, pautas, material de apoio, atas, relatórios, políticas, códigos, regimentos, estatuto, bem como ter a possibilidade de revisar documentos, aprova-los e imprimir-los.

Adicionalmente, a Companhia tem contribuído na disseminação de uma educação de qualidade no país, conforme índice geral de cursos avaliado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (“SINAES”), cuja nota avaliada em 2017 (resultado divulgado em 17 de dezembro de 2018) foi 4, de 5, em 59 cursos, defendendo com isto o título de 2ª melhor universidade privada do Rio de Janeiro.

Administração

A Administração da Companhia é composta pelos membros do Conselho de Administração e pela Diretoria. A Companhia conta ainda com um Conselho Fiscal. Sua Administração e gestão são pautadas pelos requisitos legais e regulamentares em vigor, incluindo o novo Regulamento do Novo Mercado em vigor desde 2017.

O Conselho de Administração da Estácio, com mandato de dois anos, permitida a reeleição, está, atualmente, composto por oito membros efetivos independentes, com reputação ilibada, expertises multidisciplinares nacional e internacional, diversidade de nacionalidade, de faixa etária e de formação acadêmica.

Em 2017, visando aprimorar as práticas de assessoramento aos membros do Conselho de Administração, a Companhia transformou seus 3 comitês – o Comitê de Gente e Governança, o Comitê de Auditoria e Finanças e o Comitê Acadêmico - em órgãos estatutários e criou o Comitê estatutário de Estratégia. Aperfeiçoou os respectivos regimentos internos, bem como o Regimento Interno do próprio Conselho de Administração, em consonância com as novas regras de governança, as melhores práticas do mercado nacional e internacional e ao Estatuto Social. O Conselho de Administração, seus Comitês de assessoramento e a Diretoria passaram a ser anualmente avaliados, em busca de adoção de práticas contínuas de melhorias.

Em 2018, o Conselho de Administração aprovou atualizações dos regimentos internos do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria e Finanças, bem como de todas as Políticas Corporativas da Companhia, consoante normas de governança outorgadas pela CVM e pela B3 no final de 2017.

A Diretoria Executiva é composta por seis executivos, com mandato de dois anos, permitida a reeleição, com reputação ilibada, expertise multidisciplinar, diversidade de formação acadêmica, sexo, faixa etária, estados, todos eleitos pelo Conselho de Administração, são eles: um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor de Ensino e mais três diretores sem designação específica, responsáveis pelas áreas de Mercado, Operações, Jurídico, *Compliance* e Ouvidoria. Em 2017, visando aperfeiçoar as práticas de assessoramento aos membros da Diretoria, o Diretor Presidente criou quatro comitês: o Comitê de Ética, o Comitê de Clima, o Comitê de Loyalty e o Comitê de Risco, aprovados de forma colegiada por toda Diretoria da Companhia. Estes Comitês se reúnem mensalmente e são compostos por

colaboradores experientes e multidisciplinares da Companhia, tendo seus respectivos líderes-avaliadores e relatório periódico de resultados.

O Conselho Fiscal, com mandato de um ano, permitida a reeleição, é composto por três membros efetivos e mesmo número de suplentes, todos independentes, com reputação ilibada, expertise de contabilidade societária, diversidade de faixa etária, sexo e formação acadêmica, cujas atribuições e poderes atendem aos requisitos legais e regulamentares, inclusive àqueles do novo Regulamento do Novo Mercado, do seu Regimento Interno e do Estatuto Social da Companhia, bem como às melhores práticas de mercado nacionais e internacionais.

Mercado de Capitais

A Estácio tem suas ações ordinárias negociadas no Novo Mercado da B3 sob o código ESTC3. A companhia também possui um programa de ADR nível I sob o código ECPCY. Em 2018, as ações da Estácio encerraram ao valor de R\$23,76, uma desvalorização de 27,6% nos últimos doze meses, e um aumento de 50,4% se comparado com 24 meses anteriores. Neste mesmo período o Ibovespa apresentou uma valorização de 15,0% e 45,9% em 24 meses. O volume financeiro médio diário de negociação das ações da Estácio foi de R\$99,0 milhões, um aumento de 43,2% em relação ao anterior.

Relações com Investidores

A área de Relações com Investidores está focada em melhorar a avaliação da Estácio no mercado, aumentar a liquidez de suas ações e estreitar o relacionamento com seus investidores. Em 2018 lançamos o novo site de RI, mais moderno, ágil e que promove uma maior acessibilidade para nossos *stakeholders*, com um modelo inovador que busca dar mais exposição aos principais arquivos da empresa, disponibilizando a maioria dos documentos mais acessados com poucos cliques. Também fizemos questão de garantir uma responsabilidade maior, uma experiência fluida em plataformas mobile, onde cada vez mais o site será acessado por este canal. Neste sentido, lançamos também a nova plataforma App, com todas as informações da companhia em método mais simples.

Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa

Programa Educar Para Transformar

As ações de Responsabilidade Social Corporativa da Estácio, orientadas pelo Programa Educar para Transformar, estão ancoradas em cinco pilares: Estácio no Esporte, Estácio na Escola, Estácio Cidadania, Estácio Cultural e o novo pilar de Inovação & Empreendedorismo. Essas são as bases estruturantes das contribuições da Companhia para o desenvolvimento social do Brasil.

No sentido de disseminar informações sobre as nossas melhores práticas corporativas associadas ao Programa Educar para Transformar, sintetizamos algumas experiências bem-sucedidas desenvolvidas pela Companhia. Além de evidenciarem os impactos positivos gerados nas localidades onde atuamos, essas iniciativas também sinalizam a importância do fortalecimento das ações realizadas em redes de parceria e cooperação. Acreditamos que é dessa forma que avançamos, continuamente, rumo à internalização do conceito de sustentabilidade no nosso cotidiano e, assim, também contagiamos os interlocutores com os quais dialogamos e nos relacionamos.

Engajamento e desenvolvimento local

A Estácio divide suas unidades em quatro regionais e em todas foram implementados programas de engajamento da comunidade, de avaliação de impactos e de desenvolvimento local. Os Gestores Regionais, Núcleos e Unidades de todo o Brasil têm a responsabilidade de identificar oportunidades, além de desenvolver e gerir ações e projetos de Responsabilidade Social Corporativa, alinhados ao Programa Educar para Transformar e ao posicionamento de marca.

As unidades desenvolvem inúmeras ações sociais e projetos de extensão, de acordo com os cursos que oferecem. Muitos possuem a obrigatoriedade de desenvolver atividades práticas como parte do currículo, supervisionadas pelos professores. São exemplos nesse sentido: Direito (Núcleo de Práticas Jurídicas, com atendimento à comunidade); Psicologia e Licenciaturas (atendimentos e estágios); além de Contabilidade (promove iniciativas de educação financeira e apoio no preenchimento da declaração de Imposto de Renda).

Estácio no Esporte

Para a Estácio, educar é mais do que transmitir conhecimento. Envolve a construção de valores e o estímulo à superação e à autonomia com ética, espírito coletivo e compromisso social. O esporte envolve esses componentes, o que o torna um complemento fundamental do processo educativo e da formação da cidadania. Por isso, investimos em ações e projetos sociais que integram esporte e educação, promovendo transformações individuais e coletivas duradouras.

Time Estácio

O “Time Estácio” é uma seleção de atletas de diversas modalidades que são apoiados pela empresa. Para que os campeões das pistas, piscinas e ginásios tenham sucesso também em outras áreas de suas vidas, sua trajetória esportiva deve ser complementada por uma boa formação acadêmica. A Estácio apoia mais de 500 esportistas com bolsas de estudo nas modalidades presencial e a distância. Jovens das instituições que apoiamos destaques das categorias de base e atletas de alto rendimento, nas diversas regiões do país. Algumas estrelas do Time Estácio são, Daniele Hipólito (ginástica olímpica), Chloé Calmon, campeã pan-americana *longboard* no Peru em 2018, e a ex-atleta Laís Souza.

Parcerias

Mantemos parcerias com instituições ligadas ao esporte como o COB, o IOB e as Confederações Brasileiras de Tênis de Mesa, e Desportos Aquáticos. Também apoiamos ONGs com projetos sociais consistentes envolvendo esporte e educação como os Institutos Fernanda Keller, Guga Kuerten, e Reação, fundado pelo ex-judoca Flavio Canto, que mantém um centro de treinamento de alta performance em uma de nossas Unidades, no Rio de Janeiro.

Projeto de Alfabetização e Letramento de Adultos

A Estácio lançou em 5 de abril de 2018 o Projeto Alfabetização e Letramento de Jovens e Adultos, iniciativas pioneiras entre as universidades do país. Para elaboração das diretrizes do projeto, foi formado um grupo de trabalho liderado pela Vice-Presidência de Relações Institucionais e Sustentabilidade com a participação da diretoria de Serviços Pedagógicos, Diretoria de Pesquisa e Extensão, Gerência Nacional de Educação e Gerência Nacional de Licenciatura, entre outros. O projeto piloto teve início em três unidades da Estácio: Queimados, Via Brasil e Alcântara, todas no Estado do Rio de Janeiro. No segundo semestre de 2018, a unidade da Ilha do Governador no Rio de Janeiro foi incluída no projeto.

Cada turma tem 25 alunos e as aulas acontecem em salas especialmente preparadas para que o roteiro de ensino-aprendizagem seja aplicado. O conteúdo é ministrado por alunos dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas de cada unidade. Para participarem do projeto, os estudantes da Estácio receberam bolsas de 50% durante os meses de aula. A ideia é que a iniciativa seja ampliada para outros estados. Em um país onde 7% da população ainda é analfabeta, um projeto como este tem uma ousada meta: erradicar o analfabetismo nas comunidades do entorno das unidades da Estácio nos próximos anos.

Colaboradores

Os resultados obtidos em 2018 são também representados pelo engajamento de seus Colaboradores com o modelo de negócio e com a cultura organizacional da companhia. Com forte investimento no treinamento e desenvolvimento das equipes acadêmicas e de gestão, a Estácio encerrou o ano com 11.851 Colaboradores, sendo 6.840 docentes e 5.011 em áreas administrativas e de apoio ao ensino presentes em 24 Estados e 41 cidades no Brasil.

No total, a Companhia pagou em 2018 o equivalente a R\$1 bilhão e R\$286 milhões em salários e encargos sociais.

O perfil da população de Colaboradores da Companhia, destaca-se pela sua diversidade de sexo e idade. A população é composta por 48% de homens e 52% de mulheres, considerando uma

média geral de idade de 40 anos (incluindo administrativos, apoio e docentes). A distribuição por faixa etária (incluindo docentes) ocorre da seguinte forma: (i) 9% abaixo de 26 anos; (ii) 31% entre 26 e 35 anos; (iii) 31% entre 36 e 45 anos; (iv) 23% entre 46 e 60 anos; e (v) 6% acima de 60 anos. É exatamente a combinação dessas pessoas que contribuem para o atingimento de resultados cada vez melhores.

O sucesso das políticas internas e a consolidação de lideranças foram mais uma vez refletidos na Pesquisa Anual de Clima da Estácio, concluída em novembro de 2018. Esta pesquisa, conduzida por consultoria externa especializada em projetos de Recursos Humanos, contou com a participação de 10.996 respondentes, equivalente a 80% dos Colaboradores da Estácio, e alcançou o expressivo resultado geral de 75% de engajamento.

Na Pesquisa Anual de Clima é apurado o indicador de intenção de permanecer na Estácio. A distribuição do tempo de permanência é: (i) 4% tem a intenção de permanecer Menos de 1 ano; (ii) 7% tem a intenção de permanecer de 1 a 2 anos; (iii) 12% tem a intenção de permanecer de 3 a 5 anos; 77% tem a intenção de permanecer acima de 5 anos.

Sistema de Gestão e Remuneração Variável

A Estácio conta com mais de 600 gestores com metas específicas baseadas em indicadores financeiros e não financeiros. Hoje, 100% dos colaboradores administrativos, exceto estagiários e terceiros, são elegíveis a programas de Remuneração Variável, de acordo com o desempenho da área e os resultados de toda a companhia. A Estácio conta ainda com programas de remuneração específicos para coordenadores de curso. Atualmente possui 60 executivos nos Planos de Incentivo de longo prazo.

A Estácio avança com o Programa de Excelência em Gestão – PEG, através do qual as unidades se avaliam em relação ao padrão de referência esperado para os processos nos pilares Administrativo Financeiro, Comercial, Atendimento, Acadêmico e Gente e Gestão. Em 2018, tivemos o sétimo ciclo de avaliações do PEG, reconhecendo e premiando as unidades que alcançaram o melhor desempenho.

Como parte do processo de acompanhamento constante de resultados, o Sistema de Gestão agrega além da reunião de Gestão de Desempenho de Operações (GDO), uma série de outras reuniões sistematizadas como a Gestão de Desempenho Acadêmico (GDA), com foco em Ensino.

A companhia conta ainda com um sistema interno *online* de Gestão da Padronização (SGP), que reúne informações sobre todos os Documentos Normativos da Estácio. A transparência nos processos, políticas e diretrizes institucionais, bem como a facilidade de acesso, auxiliam na execução de tarefas, estimulam o aprendizado e contribuem para a garantia da qualidade.

Audidores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes, esclarecemos que nossa política de relacionamento com nossos auditores independentes relativa à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor. Os auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") foram contratados para os serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o valor total dos honorários devidos por este trabalho totalizou R\$2.054.999,00

Serviço	Honorários	Prazo	Natureza
Auditoria	2.054.999,00	De Abril 2018 a Março 2019	Revisões trimestrais e exame das demonstrações financeiras de 2018
TOTAL	2.054.999,00		

Cláusula Compromissória

A Estácio Participações está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme descrito no Artigo XII constante do Estatuto Social da Companhia.

Agradecimentos

Todas as conquistas no decorrer de 2018 só foram possíveis graças ao apoio e à confiança, recebidos dos acionistas, alunos, fornecedores e instituições financeiras. A Administração da Companhia agradece, de forma especial, à dedicação e ao empenho de seus docentes e Colaboradores. Muito obrigado!

A Administração

Declaração da Diretoria Executiva

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. declaram, por unanimidade e sem dissidências, que reviram, discutiram e concordam com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela Ernst & Young

Auditores Independentes S.S., ambos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2019.

Eduardo Parente Menezes, Gustavo Artur Ciocca Zeno, Alberto de Senna Santos, Hudson Rubem de Oliveira Mello Junior e José Aroldo Alves Júnior.

Estácio Participações S.A.

Demonstrações Financeiras - DFP

31 de dezembro de 2018 e

Relatório dos auditores independentes

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Estácio Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Estácio Participações S.A. (“Companhia” ou “Estácio”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Estácio Participações S.A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receitas

Conforme indicado nas notas explicativas 2.20a e 22, a receita da Companhia consiste basicamente na prestação de serviços de atividade de ensino superior, presencial e a distância, para pessoas físicas matriculados semestralmente nos cursos regulares oferecidos pela Companhia. A receita é gerada por um grande volume de transações com baixo valor individual. Neste contexto, o processo de reconhecimento de receitas demanda a existência efetiva de controles internos, que estejam em funcionamento durante todo o período para assegurar o adequado registro das receitas no período de competência adequado, incluindo a manutenção das políticas da Companhia para o cadastro de alunos, precificação dos cursos oferecidos pela Companhia, renegociação de débitos e de elegibilidade de alunos aos benefícios do FIES e PROUNI.

Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) testes dos controles internos relevantes implementados pela administração que suportam os processos de reconhecimento de receitas, incluindo, dentre outros, controles operacionais para o cadastramento de alunos, processo de contratação, ativação, renegociação de recebíveis, reativação e renovação de matrículas; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e d) relatórios de frequência de alunos; (iii) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos FIES e confirmação da comprovação da adesão do aluno ao programa de financiamento; (iv) verificação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado, tendo em vista a confirmação e aprovação do financiamento pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Estudantil (FNDE); (v) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos que são elegíveis ao PROUNI e confirmação da comprovação de adesão do aluno ao Programa de Universidade para Todos; (vi) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado; (vii) testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados; e (viii) verificação da conciliação das bases de contas a receber de alunos com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.20 e 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do ágio oriundo de combinações de negócios

O teste de redução ao valor recuperável do ágio, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura como resultado das combinações de negócios realizadas pela Companhia, envolve estimativas e julgamentos críticos por parte da administração. Conforme indicado na nota explicativa 9, o ágio reconhecido como resultado destas combinações de negócio representa aproximadamente 29% do total de ativos.

O processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) obtenção e análise do fluxo de caixa projetado elaborado pela administração da Companhia para o teste de redução ao valor recuperável, comparando-o com os planos de negócios aprovados pela Governança; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os resultados efetivos atuais, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) discussão com a administração em relação às principais premissas e testes quanto à metodologia utilizada na mensuração do valor recuperável, especialmente as taxas de desconto e as taxas de crescimento utilizadas na projeção, considerando: (a) envolvimento dos nossos especialistas em avaliação de empresas para nos auxiliar na discussão das principais premissas utilizadas, em comparação com aquelas verificadas no mercado em negócios similares, quando disponíveis; (b) aplicação de análises de sensibilidade sobre as principais premissas adotadas pela administração; e (iv) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela administração da Estácio sobre as premissas-chave no teste de recuperabilidade do ágio incluídas na nota explicativa 9 as demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de valor recuperável do ágio adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias

Conforme indicado na nota explicativa 16, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas cíveis, trabalhistas, e tributárias, oriundos do curso ordinário de seus negócios.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam as respectivas causas, assim como por parte da administração da Estácio, abrangendo também a mensuração de eventuais desembolsos futuros. Nesse processo, são considerados, entre outros, os aspectos relacionados com a existência de jurisprudência e/ou a recorrência das demandas apresentadas.

Nesse contexto e devido a relevância dos montantes envolvidos, consideramos as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) obtenção de entendimento dos processos implementados pela administração para identificar, monitorar e registrar contingências; (ii) envio de carta de confirmação diretamente aos consultores jurídicos, internos e externos, que patrocinam processos administrativos e judiciais da Companhia, com objetivo de confirmar os valores e prognósticos de perda dos processos e sua correta divulgação nas notas explicativas às demonstrações financeiras; (iii) verificação das premissas utilizadas para provisão de contingências trabalhistas, levando em conta o critério específico adotado pela Companhia, baseado no histórico de liquidação de processos, incluindo acordos; (iv) para processos tributários selecionados, envolvimento de nossos especialistas internos nestes temas, para nos apoiar nas discussões em relação a prognósticos feito por advogados externos; (v) verificação das comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais a Companhia é parte; e (vi) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os riscos cíveis, trabalhistas e tributários na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras.

Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da provisão para contingências, o qual não foi realizado pela Companhia em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão estimada de crédito de liquidez duvidosa

A apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve subjetividade e alto grau de julgamento da administração. A determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo renegociação de dívidas.

Consideramos essa uma área foco de auditoria, pois o uso desses julgamentos, premissas e fatores na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa poderia resultar em variações significativas nessa estimativa.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos relevantes estabelecidos para apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, incluindo: (i) avaliação da integridade da base de dados considerada na análise; (ii) discussão com a administração das premissas adotadas na mensuração do valor recuperável do contas a receber; (iii) recálculo da provisão, incluindo o reprocessamento do *aging list* e aplicação dos critérios definidos pela administração; e (iv) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão estimada de crédito de liquidez duvidosa, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 4, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0

Estácio Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	146	241	13.686	13.996	Fornecedores	2.133	2.205	105.812	70.923
Títulos e valores mobiliários (Nota 3)	239.672	45.820	804.360	510.450	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	773.709	326.072	795.789	349.274
Contas a receber (Nota 4)			571.854	991.404	Salários e encargos sociais (Nota 12)	330	352	133.654	158.640
Partes relacionadas (Nota 5)	478	15.612			Obrigações tributárias (Nota 13)	186	172	35.588	76.794
Despesas antecipadas (Nota 6)		25	6.034	6.544	Mensalidades recebidas antecipadamente			17.176	13.341
Dividendos a receber (Nota 8)	310.000	390.957			Parcelamento de tributos (Nota 14)			3.563	4.295
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	2.145	3.908	135.810	92.046	Partes relacionadas (Nota 5)		2		
Outros			18.883	49.040	Dividendos a pagar (Nota 17)	153.168	100.846	153.168	100.846
					Preço de aquisição a pagar (Nota 15)			34.488	57.109
					Outros	1.127	329	9.862	11.722
	<u>552.441</u>	<u>456.563</u>	<u>1.550.627</u>	<u>1.663.480</u>		<u>930.653</u>	<u>429.978</u>	<u>1.289.100</u>	<u>842.944</u>
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Exigível a longo prazo				
Contas a receber (Nota 4)			139.198	32.694	Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	3.086	193.343	21.426	218.047
Despesas antecipadas (Nota 6)			5.519	5.105	Contingências (Nota 16)	288	172	126.917	86.284
Depósitos judiciais (Nota 16)		185	81.702	102.808	Parcelamento de tributos (Nota 14)			6.678	10.301
Impostos diferidos (Nota 28)	111		136.576	70.617	Impostos diferidos (Nota 28)		4.361	5.186	14.177
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	41.210	36.981	102.247	80.322	Provisão para desmobilização de ativos			26.951	22.196
Outros			11.441	43.217	Preço de aquisição a pagar (Nota 15)			13.852	29.989
					Outros	30	30	20.944	19.900
	<u>41.321</u>	<u>37.166</u>	<u>476.683</u>	<u>334.763</u>		<u>3.404</u>	<u>197.906</u>	<u>221.954</u>	<u>400.894</u>
Investimentos					Patrimônio líquido (Nota 17)				
Em controladas (Nota 8)	2.151.500	2.118.132			Capital social	1.139.887	1.130.818	1.139.887	1.130.818
Outros			228	228	Gastos com emissão de ações	(26.852)	(26.852)	(26.852)	(26.852)
Intangível (Nota 9)	780.189	793.280	1.413.820	1.420.208	Reservas de capital	668.370	663.981	668.370	663.981
Imobilizado (Nota 10)	15		661.105	602.416	Reservas de lucros	1.016.645	1.139.764	1.016.645	1.139.764
					Ações em tesouraria	(206.641)	(130.454)	(206.641)	(130.454)
	<u>2.931.704</u>	<u>2.911.412</u>	<u>2.075.153</u>	<u>2.022.852</u>					
	<u>2.973.025</u>	<u>2.948.578</u>	<u>2.551.836</u>	<u>2.357.615</u>		<u>2.591.409</u>	<u>2.777.257</u>	<u>2.591.409</u>	<u>2.777.257</u>
Total do ativo	<u>3.525.466</u>	<u>3.405.141</u>	<u>4.102.463</u>	<u>4.021.095</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>3.525.466</u>	<u>3.405.141</u>	<u>4.102.463</u>	<u>4.021.095</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estácio Participações S.A.**Demonstrações do resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Operações continuadas				
Receita líquida das atividades (Nota 22)			3.619.377	3.378.979
Custos dos serviços prestados (Nota 23)			(1.632.812)	(1.777.113)
Resultado bruto			1.986.565	1.601.866
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas comerciais (Nota 24)			(553.046)	(443.561)
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(32.789)	(38.676)	(614.298)	(598.324)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 8)	700.681	550.330		
Outras receitas/despesas operacionais (Nota 25)	129	(12.097)	(47.214)	(16.470)
Resultado operacional	668.021	499.557	772.007	543.511
Receitas financeiras (Nota 26)	8.583	13.428	92.329	117.859
Despesas financeiras (Nota 26)	(36.649)	(109.699)	(211.156)	(229.312)
Resultado financeiro líquido	(28.066)	(96.271)	(118.827)	(111.453)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	639.955	403.286	653.180	432.058
Imposto de renda corrente e diferido (Nota 28)	3.616	15.678	(4.489)	(3.041)
Contribuição social corrente e diferido (Nota 28)	1.302	5.626	(3.818)	(4.427)
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas	644.873	424.590	644.873	424.590
Lucro líquido por lote de mil ações - básico (Nota 21)	2,11358	1,37464	2,11358	1,37464
Lucro líquido por lote de mil ações - diluído (Nota 21)	2,10313	1,37036	2,10313	1,37036

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estácio Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	644.873	424.590	644.873	424.590
Outros resultados abrangentes				
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<u>644.873</u>	<u>424.590</u>	<u>644.873</u>	<u>424.590</u>
Atribuível a:				
Acionistas controladores				
Acionistas não controladores	<u>644.873</u>	<u>424.590</u>	<u>644.873</u>	<u>424.590</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estácio Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	Reservas de capital					Reservas de lucro				Total	
	Capital social	Gastos c/ emissão de ações	Incentivos de longo prazo	Deságio na alienação de ações	Ágio na subscrição de ações	Opções outorgadas	Legal	Retenção lucros	Ações em tesouraria		Lucros acumulados
Em 1º de janeiro de 2017	1.130.818	(26.852)	210		595.464	65.449	93.199	722.815	(146.430)		2.434.673
Opções outorgadas (Nota 20)						7.458					7.458
Incentivo de Longo Prazo - ILP (Nota 20)			94								94
Pagamento de <i>Stock Options</i> (Nota 20)									11.282		11.282
Deságio na alien. de ações em tesouraria (Nota 17 d.3)				(4.694)					4.694		
Lucro líquido do exercício										424.590	424.590
Destinação do lucro líquido											
Constituição de reservas						21.230	302.520			(323.750)	
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,33 por ação)										(100.840)	(100.840)
Em 31 de dezembro de 2017	1.130.818	(26.852)	304	(4.694)	595.464	72.907	114.429	1.025.335	(130.454)		2.777.257
Exercício de opções de ações	123										123
Opções outorgadas (Nota 20)						7.678					7.678
Ações em tesouraria adquiridas (Nota 17)									(249.937)		(249.937)
Cancelamento de ações em tesouraria (Nota 17 c)								(154.603)	154.603		
Pagamento de <i>Stock Options</i> (Nota 20)									15.858		15.858
Deságio na alien. de ações em tesouraria (Nota 17 d.3)				(3.289)					3.289		
Aumento de capital (Nota 17 a)	8.946							(8.946)			
Dividendos intermediários (R\$ 1,33 por ação)								(400.000)			(400.000)
Lucro líquido do exercício										644.873	644.873
Adoção de Novas Práticas IFRS 09 (Nota 1.3)								(51.286)			(51.286)
Destinação do lucro líquido											
Constituição de reservas						32.244	459.472			(491.716)	
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,52 por ação)										(153.157)	(153.157)
Em 31 de dezembro de 2018	1.139.887	(26.852)	304	(7.983)	595.464	80.585	146.673	869.972	(206.641)		2.591.409

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estácio Participações S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	639.955	403.286	653.180	432.058
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas:				
Depreciação e amortização	13.092	16.484	195.385	194.272
Amortização dos custos de captação de empréstimo	2.460	8.602	2.460	8.602
Provisão para devedores duvidosos			333.699	235.074
Provisão para perda - Outras contas a receber			58.879	
Opções outorgadas - Provisão stock options			7.678	7.458
Provisão para Incentivo de Longo Prazo (ILP)				94
Provisão para contingências	116	172	134.786	108.224
Atualização do contas a receber - FIES			(8.419)	4.898
Ajuste a valor presente - contas a receber			33.635	(13.194)
Ajuste a valor presente - outros contas a receber			2.135	(5.702)
Atualização de créditos tributários	(2.026)	(3.043)	(5.930)	(10.193)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	32.245	97.422	32.956	119.745
Equivalência patrimonial	(700.681)	(550.330)		
Perda na baixa de imobilizado e intangível		26	828	15.669
Impairment (Goodwill)		14.018		14.018
Atualização de obrigação com desmobilização de Ativos				(312)
Atualização de compromissos a pagar			4.658	4.586
Outros		(2.100)	378	(2.047)
	(14.839)	(15.463)	1.446.308	1.113.250
Variações nos ativos e passivos:				
(Aumento) em contas a receber			(123.574)	(75.222)
(Aumento) em outros ativos	15.699	(1.630)	(28.620)	935
Redução de Despesas antecipadas	25	190	510	29.846
(Aumento) Redução de Impostos e contribuições a recuperar	(440)	(1.209)	(59.312)	1.028
Aumento (Redução) em fornecedores	(72)	391	34.889	4.785
Aumento (Redução) em obrigações tributárias	14	(108)	(32.917)	(18.976)
Aumento (Redução) em salários e encargos sociais	(22)	84	(24.986)	3.407
Aumento (Redução) em mensalidades recebidas antecipadamente			3.835	(14.062)
(Redução) Condenações cíveis / trabalhistas		1	(94.153)	(86.820)
Aumento Provisão com obrigações desmobilização de Ativos			4.755	195
Aumento/ (Redução) em outros passivos	798	294	(816)	4.318
(Redução) em Parcelamento de tributos			(4.712)	(2.771)
Redução no ativo não circulante			29.227	17.200
Redução em Depósitos judiciais	185	2.023	21.106	16.683
	1.348	(15.427)	1.171.540	993.796
Juros pagos de empréstimo	(49.489)	(72.447)	(49.281)	(72.406)
IRPJ e CSLL Pagos			(65.574)	(13.190)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais.	(48.141)	(87.874)	1.056.685	908.200
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Aquisição de ativo imobilizado	(15)		(160.703)	(99.077)
Aquisição de ativo Intangível			(87.811)	(57.954)
Dividendos Recebidos	720.957	550.000		
Adiantamento para futuro aumento de capital	(16.295)	(10.205)		
Preço de aquisição a pagar			(43.416)	(43.429)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de Investimento.	704.647	539.795	(291.930)	(200.460)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:				
Aquisição ações em tesouraria	(249.937)		(249.937)	
Utilização de ações em tesouraria decorrente de exercício de opções de ações	15.858	11.282	15.858	11.282
Dividendos pagos	(500.835)	(87.433)	(500.835)	(87.433)
Valor de captação de empréstimos e financiamentos	600.000		616.897	
Custos de captação de empréstimos	151	563	151	563
Amortização de empréstimos e financiamentos	(327.986)	(457.607)	(353.289)	(511.715)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(462.749)	(533.195)	(471.155)	(587.303)
Aumento nas disponibilidades	193.757	(81.274)	293.600	120.437
Caixa e caixa equivalente no início do período (Nota 3)	46.061	127.335	524.446	404.009
Caixa e caixa equivalente no final do período (Nota 3)	239.818	46.061	818.046	524.446
Variação no saldo de disponibilidades	193.757	(81.274)	293.600	120.437

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estácio Participações S.A.**Demonstrações do valor adicionado**
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas				
Serviços educacionais			3.767.467	3.515.301
Outras receitas			7.670	16.103
Provisão para devedores duvidosos			(333.699)	(235.074)
Outras despesas comerciais			(1.044)	(1.588)
			<u>3.440.394</u>	<u>3.294.742</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia e serviço de terceiros	(14.545)	(15.617)	(641.783)	(548.404)
Contingências	(110)	(171)	(103.222)	(124.013)
	<u>(14.655)</u>	<u>(15.788)</u>	<u>(745.005)</u>	<u>(672.417)</u>
Valor adicionado bruto	<u>(14.655)</u>	<u>(15.788)</u>	<u>2.695.389</u>	<u>2.622.325</u>
Depreciação e amortização	(13.092)	(16.484)	(195.385)	(194.272)
Valor adicionado líquido produzido	<u>(27.747)</u>	<u>(32.272)</u>	<u>2.500.004</u>	<u>2.428.053</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	700.681	550.330		
Receita financeira	8.583	13.428	92.329	117.859
Outras	(2.455)	(21.481)	10.661	(20.955)
	<u>706.809</u>	<u>542.277</u>	<u>102.990</u>	<u>96.904</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>679.062</u>	<u>510.005</u>	<u>2.602.994</u>	<u>2.524.957</u>
Distribuição do valor adicionado				
Remuneração do trabalho				
Remuneração direta	4.045	4.973	1.017.479	1.114.519
Benefícios	19	1	49.199	52.491
FGTS			65.713	75.439
	<u>4.064</u>	<u>4.974</u>	<u>1.132.391</u>	<u>1.242.449</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(3.513)	(19.470)	236.122	260.387
Estaduais				6
Municipais			154.238	146.080
	<u>(3.513)</u>	<u>(19.470)</u>	<u>390.360</u>	<u>406.473</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	33.638	99.911	204.252	215.278
Aluguéis			231.118	236.167
	<u>33.638</u>	<u>99.911</u>	<u>435.370</u>	<u>451.445</u>
Remuneração de capitais de próprios				
Lucros retidos	644.873	424.590	644.873	424.590
	<u>644.873</u>	<u>424.590</u>	<u>644.873</u>	<u>424.590</u>
Valor adicionado distribuído	<u>679.062</u>	<u>510.005</u>	<u>2.602.994</u>	<u>2.524.957</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia" ou "Grupo") e suas controladas (conjuntamente, o "Grupo") têm como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede localizada na Avenida Venezuela, 43, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado.

O Grupo possui vinte e duas empresas, incluindo a Estácio Participações, sendo dezenove mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada, e reúne uma Universidade, dez Centros Universitários e cinquenta e seis Faculdades, distribuídas em vinte e três estados do país e no Distrito Federal.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 14 de março de 2019, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado).

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras (controladora e consolidado) estão apresentadas na Nota 2.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras incluem: provisão para devedores duvidosos, perda (*impairment*) do ágio, transações com pagamentos baseados em ações, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e vida útil dos ativos (Nota 2.21).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

1.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Normas novas que ainda não estão em vigor

IFRS 16/CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 (R1) - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

interpretações.

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que atualmente parte desses contratos são reconhecidos como arrendamentos operacionais, sendo os pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato, de acordo com sua competência.

A Companhia concluiu o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações financeiras, que inclui: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes a educação; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; dentre outras.

A Companhia irá adotar a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2019 pelo método de cálculo retrospectivo modificado, calculando o valor presente nesta data e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma.

A adoção inicial acarretará em um aumento aproximado de R\$ 1.300 milhões no total de ativos e passivos, em decorrência do reconhecimento do direito de uso sobre o total arrendado e do passivo de arrendamento mercantil respectivamente. O aumento do passivo de arrendamento devido ao reconhecimento do direito de uso dos ativos resulta em um aumento na dívida líquida da Companhia, sendo a depreciação e os juros reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel").

Em relação aos aspectos qualitativos, as principais transações que deverão ser impactadas por essa nova norma incluem principalmente aluguel dos campi, estacionamentos e salas.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Normas novas que estão em vigor a partir de 2018

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, CPC e CVM e estão em vigor para o exercício de 2018:

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa da IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que a IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A Companhia adotou a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2018 e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma.

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9 mencionados acima e concluiu por um aumento na provisão para perdas com as Contas a Receber, resultando em um impacto negativo sobre o patrimônio líquido, conforme discutido abaixo.

A Companhia aplicou a abordagem simplificada e registrou perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. Devido à natureza não garantida dos seus recebíveis, a provisão para devedores duvidosos aumentou R\$ 77.705, com a correspondente variação do passivo fiscal diferido no montante de R\$ 26.419. Sendo assim, esses impactos reduziram o Patrimônio Líquido no início do exercício de 2018 no montante de R\$ 51.286.

A Companhia tem a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

mantidos ao valor justo.

Empréstimos, bem como contas a receber de clientes, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

A Companhia não opera com transações de derivativos e relações de *hedge*.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma substitui o IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção, IAS18/CPC 30 – Receitas e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O IFRS15/CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma exige que: (i) as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes; (ii) contabilização específica dos custos incrementais de obtenção de um contrato e dos custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato; e (iii) uma divulgação mais detalhada.

A Companhia adotou o IFRS15/CPC 47 partir de 1º de janeiro de 2018 utilizando o método de adoção retrospectivo modificado, sem impacto significativo nas demonstrações financeiras, exceto quanto ao Resultado do Exercício, a partir de janeiro de 2018, pelo reconhecimento da Receita dos alunos que possuem financiamento do Governo Federal, FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), com contrato suspenso por pendências no Sistema oficial do programa (SisFies). À luz do que determina o IFRS 15.12, um contrato não existe se cada parte do contrato tiver o direito incondicional de rescindir inteiramente o contrato não cumprido, sem compensar a outra parte. Assim, os alunos não aditados no SisFies deverão negociar um novo contrato com a Instituição de ensino sem o financiamento do FIES. A Companhia não reconhecerá a receita dos alunos em processo de aditamento do FIES até que sejam aditados ou firmado contrato com a Companhia para prestação do serviço de ensino. A Companhia estima que o montante da Receita não registrada por conta deste assunto seja menor que 0,5% da Receita Líquida Anual.

A Companhia não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma.

1.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é de 100% em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Diretas:

Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")
Estácio Editora ("Editora")
União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("Estácio Ribeirão Preto")

Indiretas:

Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")
Unisãoluis Educacional S.A ("UNISÃOLUIS")

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")
Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")
Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")
Instituto de Estudos Superiores da Amazônia ("IESAM")
Centro de Assistência ao Desenvolvimento de formação Profissional Unicef Ltda. ("Estácio Amazonas")
Centro de Ensino Unificado de Teresina ("CEUT")
Faculdade Nossa Cidade ("FNC")
Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. ("FCAT")
Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda. ("FUFS")

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

1.5 Combinação de negócios

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os ativos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Em 2017 e 2018 não houveram aquisições.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas;
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e depósitos judiciais.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros (instrumentos de dívida) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
(instrumentos de patrimônio)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

A Companhia não possui ativos financeiros (instrumentos de patrimônio) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia classificados valor justo por meio do resultado incluem títulos e valores mobiliários.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais).

Para o contas a receber, dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras consolidadas, pela adoção, diferente daquele mencionado na Nota 1.3.

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, pois de acordo com a avaliação da Companhia além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar, debêntures e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

2.4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, vencimento de longo prazo, com liquidez imediata e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado), correspondentes ao seu valor justo.

2.5 Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos ("PDD" ou *impairment*).

2.6 Provisão para devedores duvidosos

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas esperadas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.7 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

2.9 Intangível

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pelo excedente remanescente após a alocação do valor pago a todos os ativos e passivos tangíveis e intangíveis identificados da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*).

O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Fundo de comércio

(b.1) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o aluno.

(b.2) Marca

A Marca registrada representa um ativo intangível de vida definida, dado que é um ativo não monetário identificável, mensurável e sem substância física. É calculada utilizando a taxa média para empresas de ensino obtida junto a *Royalty Source*. A amortização é calculada com base na estratégia da companhia em relação ao tempo de manutenção da marca da empresa adquirida até a mudança total para a marca “Estácio”.

(b.3) Licença de operação

O valor justo da Licença de Operação existente é determinado com base na abordagem de custo. O valor é derivado das despesas correntes para adquirir a mesma, que incluem: as taxas do MEC, elaboração de PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e PPC (Projeto Pedagógico de Cursos), aluguel antes do início da operação e custos diversos com professores para visitas, viagens, refeições, transporte e etc. A amortização é calculada com base no período de credenciamento das instituições de ensino, que é realizado de três em três anos.

(b.4) Mais valia de ativos

Determinado pela diferença entre a soma do valor justo dos ativos líquidos identificáveis (determinado com base no CPC 15 – Combinação de negócios) e o valor contábil do ativo adquirido.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do *ágio* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins desse teste, o *ágio* é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o *ágio* se originou.

Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de *ágio* reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.11 Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados de acordo com o prazo do contrato de arrendamento. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do exercício em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.14 Provisão para desmobilização de ativos

Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino do Grupo estão localizadas. São reconhecidos no imobilizado pelo seu valor presente, descontado a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização revisadas anualmente sofrem depreciação/amortização nas mesmas bases dos ativos principais.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

A Estácio Participações S.A. (Controladora) não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permitem que os tributos calculados sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica não sejam recolhidos aos cofres governamentais. A isenção decorrente do PROUNI não poderá ser distribuída aos sócios e deverá constituir a reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos são revisados em cada data do balanço e baixados na extensão em que não são mais prováveis que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.17 Pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo o qual a Companhia recebe os serviços destes executivos e administradores e paga a contraprestação com instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de receitas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia reconheceu a criação de um Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutário ("ILP"), conforme contemplado na remuneração global anual dos Administradores da Companhia.

2.18 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.19 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). (Nota 21)

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de

compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

2.20 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.21 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço de atividade de ensino no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos cancelamentos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

O Grupo reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

(b) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

2.22 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas contábeis críticas

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

(i) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*), no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.8. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas a seguir:

	Em percentuais	
	2018	2017
Margem bruta média (i)	54,6	49,1
Taxa de crescimento (ii)	5	5
Taxa de desconto (iii)	12,4	14,3

(i) Margem bruta orçada média.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

(ii) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20(b).

A Companhia possuía o Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários "ILP" tinha como beneficiários exclusivos os diretores estatutários da Estácio, e foi estruturado sob a forma de remuneração variável, cujo valor dependia do valor de mercado de suas ações. A remuneração, no âmbito do presente Programa, foi paga em 4 (quatro) parcelas anuais, e calculada multiplicando-se a determinada quantidade de ações pelo valor de mercado das mesmas no último pregão da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorreu cada pagamento. As características e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos do programa são divulgados na Nota 20(c).

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(iv) Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente.

(v) Provisão para devedores duvidosos

Conforme descrito na nota 1.3, a partir de 1º de janeiro de 2018 a PDD passou a ser calculada de acordo com as diretrizes do IFRS 9 – CPC 48. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para devedores duvidosos com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida. A Companhia optou por utilizar o expediente prático previsto na norma, e aplicou o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu pela suficiência da provisão considerando os critérios mencionados.

2.23 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.24 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.25 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

3 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	146	241	13.686	13.996
Caixa e equivalentes de caixa	<u>146</u>	<u>241</u>	<u>13.686</u>	<u>13.996</u>
Títulos Públicos Federal (Fundos exclusivos)	195.159	28.354	636.380	361.334
LFs (Fundos exclusivos)	30.809	7.709	100.463	98.294
CDB	8.640	8.213	49.630	30.000
CDB (Fundos exclusivos)	38	1.092	125	13.920
Operações compromissada		44		57
Compromissada (Fundos exclusivos)	4.996	373	16.290	4.760
Títulos Públicos (Fundos exclusivos)	30	35	1.457	1.945
Título de capitalização			15	140
Títulos e valores mobiliários	<u>239.672</u>	<u>45.820</u>	<u>804.360</u>	<u>510.450</u>

A Companhia possui uma política de investimentos que determina que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2018, as operações foram remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com exceção dos títulos públicos, que são indexados à Selic e taxas pré-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "valor justo por meio do resultado".

As aplicações em fundos exclusivos são lastreadas por alocações financeiras em cotas de fundos, CDBs, LFs, títulos públicos, operações compromissadas de bancos e emissores de primeira linha. A remuneração média dos fundos de investimento em 2018 foi de 98,59% do CDI (100,01% em 2017).

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remunerados pelo CDI com taxa média de 98,93% em 2018 (99,51% em 2017).

A Companhia não possui ativos financeiros desconhecidos e operações com derivativos.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e de mercado estão incluídas na Nota 18.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

4 Contas a receber

	Consolidado	
	2018	2017
Mensalidades de alunos	846.528	473.081
FIES (a)	153.786	600.725
Convênios e permutas	23.283	21.129
Cartões a receber (b)	73.769	58.337
Acordos a receber	72.689	91.570
	<u>1.170.055</u>	<u>1.244.842</u>
Provisão para devedores duvidosos	(402.646)	(205.062)
Valores a identificar	(11.338)	(4.298)
(-) Ajuste a valor presente (c)	(45.019)	(11.384)
	<u>711.052</u>	<u>1.024.098</u>
Ativo circulante	571.854	991.404
Ativo não circulante	139.198	32.694
	<u>711.052</u>	<u>1.024.098</u>

O saldo dos valores a receber a longo prazo em 31 de dezembro de 2018 está relacionado ao PAR (Programa de Parcelamento Estácio) e DIS (Diluição de mensalidade). A composição por idade é a seguinte:

	Consolidado	
	2018	2017
2019	3.597	4.589
2020	12.656	3.376
2021	42.997	16.829
2022	146.255	52.583
2023 a 2024	63.869	391
(-) Ajuste a valor presente PAR, DIS e Educar (c)	(45.019)	(11.384)
(-) Provisão para devedores duvidosos PAR, DIS e Educar	(85.157)	(33.690)
	<u>139.198</u>	<u>32.694</u>
Ativo não circulante	139.198	32.694

O PAR é a modalidade de parcelamento oferecido pela Estácio aos seus alunos, onde o aluno pode parcelar até 70% do valor das mensalidades, para pagamento a partir do 1º mês subsequente a conclusão do curso, atualizado monetariamente pelo IPCA.

O DIS é a modalidade de pagamento do valor de R\$ 49,00 nas primeiras mensalidades, e a diluição da diferença para o valor integral das mensalidades sem bolsas e/ou benefícios, em número de parcelas correspondentes ao prazo de duração previsto para a matriz curricular mínima regular conclusão do curso, atualizado mensalmente pelo IPCA.

(a) As contas a receber do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros, repassados pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e impostos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional. Em agosto de 2018 a Companhia recebeu a última parcela referente ao saldo negociado com o governo em 3 de fevereiro de 2016 no montante de R\$ 342.099.

- (i) Para alunos FIES com fiador foi constituída provisão para o percentual de 2,25% do faturamento com essa característica, considerando as premissas de 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência.
- (ii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada a partir de abril de 2012, foi constituída provisão sobre os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) considerando os 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(iii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada até março de 2012, foi constituída provisão sobre os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) considerando os 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,45%.

(b) Parte substancial dos saldos de cartões a receber é decorrente de negociações de mensalidades em atraso.

(c) O ajuste a valor presente em 2018 soma R\$ 45.019 (R\$ 36.626 referente ao PAR, R\$ 8.110 ao DIS e R\$ 283 referente ao programa Educar Amazônia) e em 2017 soma R\$ 11.384 (R\$ 11.195 referente ao PAR e R\$ 189 referente ao programa Educar Amazônia).

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2018	%	2017	%
FIES	153.786	13	600.725	48
A vencer	482.732	41	175.834	14
Vencidas até 30 dias	99.612	9	91.720	8
Vencidas de 31 a 60 dias	97.046	8	63.660	5
Vencidas de 61 a 90 dias	82.811	7	57.762	5
Vencidas de 91 a 179 dias	87.127	8	77.672	6
Vencidas há mais de 180 dias	166.941	14	177.469	14
	<u>1.170.055</u>	<u>100</u>	<u>1.244.842</u>	<u>100</u>

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2018	%	2017	%
A vencer	26.996	37	38.781	42
Vencidas até 30 dias	6.662	9	8.891	10
Vencidas de 31 a 60 dias	5.440	8	7.603	8
Vencidas de 61 a 90 dias	4.927	7	7.060	8
Vencidas de 91 a 179 dias	8.231	11	14.698	16
Vencidas há mais de 180 dias	20.433	28	14.537	16
	<u>72.689</u>	<u>100</u>	<u>91.570</u>	<u>100</u>

A movimentação na provisão para devedores duvidosos (PDD), no consolidado, segue demonstrada abaixo:

Saldo em 2016	205.637
Constituição	226.643
Baixa de boletos vencidos há mais de 360 dias.	<u>(227.218)</u>
Saldo em 2017	<u>205.062</u>
Constituição	333.166
Adoção das novas práticas lançadas ao patrimônio líquido (Nota 1.3)	77.705
Baixa de boletos / cheques vencidos há mais de 360 dias	<u>(213.287)</u>
Saldo em 2018	<u>402.646</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

6 Despesas antecipadas

	Consolidado	
	2018	2017
Seguros	2.944	1.326
Material didático (i)	1.013	2.273
Antecipação de férias e encargos	2.670	2.404
Taxa de credenciamento - MEC	2.005	2.507
Cooperação técnico pedagógica Santa Casa	2.260	2.466
Outras despesas antecipadas	661	673
	<u>11.553</u>	<u>11.649</u>
Ativo circulante	6.034	6.544
Ativo não circulante	5.519	5.105
	<u>11.553</u>	<u>11.649</u>

(i) Refere-se aos custos incorridos com direito autoral, gráfica e postagem para produção de material didático a ser utilizado, no período subsequente. São contabilizados como despesa antecipadas e apropriados ao longo do período de utilização, após sua efetiva entrega.

7 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IRRF	1.402	2.709	10.302	14.463
Adiantamentos IRPJ/CSLL (i)			76.907	33.080
IRPJ/CSLL a compensar (ii)	41.950	38.040	75.257	72.359
PIS (iii)		6	3.129	612
COFINS (iii)		25	12.605	2.196
ISS	3	3	52.625	42.659
INSS			6.675	6.333
OUTROS		106	557	666
	<u>43.355</u>	<u>40.889</u>	<u>238.057</u>	<u>172.368</u>
Ativo circulante	2.145	3.908	135.810	92.046
Ativo não circulante	41.210	36.981	102.247	80.322
	<u>43.355</u>	<u>40.889</u>	<u>238.057</u>	<u>172.368</u>

(i) O montante apresentado nesta linha refere-se ao excesso de adiantamentos de IRPJ/CSLL, ocorridos nos anos 2018 e 2017, respectivamente. A composição do montante total R\$ 47.669 em 2018, são distribuídos da seguinte forma: SESES R\$ 24.274, IREP R\$ 11.733 e demais empresas R\$ 11.662. Adicionalmente, em maio de 2018, houve uma revisão do cálculo do incentivo fiscal do Proni por conta de uma desabilitação temporária da Controlada SESES que proporcionou um acúmulo de créditos fiscais com relação ao pagamento a maior de Imposto de Renda e Contribuição Social, no valor de R\$ 27.945 (R\$ 29.238 em 31 de dezembro de 2018).

(ii) Este montante representa o excesso de antecipações do IRPJ/CSLL ocorrido em anos anteriores, que são utilizados para as compensações de tributos da União e são corrigidos mensalmente pela taxa Selic.

(iii) Conforme mencionado no item (i) em decorrência de uma desabilitação temporária de Controlada SESES houve um acúmulo de créditos fiscais com relação ao pagamento a maior de PIS e Cofins, no valor de R\$ 17.106 onde a Companhia compensou o montante de R\$ 3.863 ao longo de 2018.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Investimentos em controladas em 2018 2.151.500
As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 31 de dezembro de 2018.

Abaixo as informações dos investimentos das controladas diretas:

(b) Controlada Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")

	2018	2017
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	538.914	505.108
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")	11.859	12.213
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	28.747	30.726
	<u>579.520</u>	<u>548.047</u>

As informações das controladas da IREP estão representadas a seguir:

								2018
	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
ATUAL	100%	40.512	705.689	182.278	523.411	15.503	538.914	77.259
FAL	100%	20.031	10.770	6.987	3.783	8.076	11.859	(2.798)
FATERN	100%	9.160	17.479	3.711	13.768	14.979	28.747	(1.772)
			<u>733.938</u>	<u>192.976</u>	<u>540.962</u>	<u>38.558</u>	<u>579.520</u>	<u>72.689</u>

								2017
	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
ATUAL	100%	34.186	634.005	144.400	489.605	15.503	505.108	73.978
FAL	100%	17.218	7.898	3.761	4.137	8.076	12.213	(3.534)
FATERN	100%	9.160	22.394	6.647	15.747	14.979	30.726	1.878
			<u>664.297</u>	<u>154.808</u>	<u>509.489</u>	<u>38.558</u>	<u>548.047</u>	<u>72.322</u>

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controlada direta IREP em suas controladas diretas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Investimentos em controladas em 2016	496.838
Equivalência patrimonial	72.322
Adiantamento para futuro aumento de capital	33.965
Dividendos em 2017	<u>(55.078)</u>
Investimentos em controladas em 2017	<u>548.047</u>
Equivalência patrimonial	72.689
Adiantamento para futuro aumento de capital	31.151
Dividendos adicionais de 2017	(20.000)
Dividendos em 2018	(42.403)
Adoção de novas praticas IFRS 09	<u>(9.964)</u>
Investimentos em controladas em 2018	<u>579.520</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(c) Controlada Sociedade Atual da Amazônia ("ATUAL")

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")	1.653	2.584
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")	3.147	3.054
Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")	43.576	50.948
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")	18.182	19.328
Unisãoluis Educacional S.A ("SÃO LUIS")	79.506	79.419
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")	47.292	42.687
Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")	7.049	6.680
Instituto de Estudos Superiores da Amazônia ("IESAM")	90.427	85.779
Centro de Assistência ao Desenvolvimento de formação Profissional Unicel Ltda. ("Estácio Amazonas")	48.741	53.690
Centro de Ensino Unificado de Teresina ("CEUT")	47.390	41.874
Faculdade Nossa Cidade ("FNC")	95.322	94.899
Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. ("FCAT")	36.999	28.366
Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda. ("FUFS")	16.441	14.044
	<u>535.725</u>	<u>523.352</u>

As informações das controladas da ATUAL estão representadas a seguir:

									<u>2018</u>
									Lucro (prejuízo) líquido do exercício
<u>Participação</u>	<u>Quantidade de quotas</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Total de passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ágio</u>	<u>Fundo de Comércio</u>	<u>Total</u>		
UNIUOL	100%	9.478	1.402	705	697	956	1.653		(2.009)
IDEZ	100%	7.297	2.277	1.177	1.100	2.047	3.147		(1.118)
SEAMA	100%	4.407	31.455	5.914	25.541	18.035	43.576		5.263
FARGS	100%	8.606	16.256	6.129	10.127	8.055	18.182		(893)
SÃO LUIS	100%	3.795	84.529	32.391	52.138	27.368	79.506		31.304
FACITEC	100%	6.051	30.368	9.730	20.638	26.654	47.292		8.399
ASSESC	100%	2.416	4.286	1.960	2.326	4.723	7.049		(1.120)
IESAM	100%	2.810	74.295	23.476	50.819	26.797	12.811	90.427	16.965
Estácio Amazonas	100%	46.957	37.572	15.045	22.527	26.214	48.741		(5.273)
CEUT	100%	16.938	29.583	10.579	19.004	27.568	818	47.390	9.457
FNC	100%	22.328	31.570	12.218	19.352	72.046	3.924	95.322	10.999
FCAT	100%	11.341	22.478	7.518	14.960	20.121	1.918	36.999	10.977
FUFS	100%	13.593	12.591	2.857	9.734	6.255	452	16.441	355
		<u>378.662</u>	<u>129.699</u>	<u>248.963</u>	<u>266.839</u>	<u>266.839</u>	<u>19.923</u>	<u>535.725</u>	<u>83.306</u>
									<u>2017</u>
									Lucro (prejuízo) líquido do exercício
<u>Participação</u>	<u>Quantidade de quotas</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Total de passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ágio</u>	<u>Fundo de Comércio</u>	<u>Total</u>		
UNIUOL	100%	4.626	2.377	749	1.628	956	2.584		(724)
IDEZ	100%	5.894	2.675	1.668	1.007	2.047	3.054		(1.417)
SEAMA	100%	3.232	45.593	12.680	32.913	18.035	50.948		9.183
FARGS	100%	7.181	15.430	4.157	11.273	8.055	19.328		719
SÃO LUIS	100%	220	91.761	39.710	52.051	27.368	79.419		41.274
FACITEC	100%	6.051	28.723	12.950	15.773	26.654	260	42.687	9.630
ASSESC	100%	3	4.560	2.603	1.957	4.723	6.680		(1.209)
IESAM	100%	2.400	68.322	22.957	45.365	26.797	13.617	85.779	9.868
Estácio Amazonas	100%	46.957	45.858	18.891	26.967	26.214	509	53.690	(3.383)
CEUT	100%	2.408	27.772	15.176	12.596	27.568	1.710	41.874	7.311
FNC	100%	20.928	31.136	16.196	14.940	72.046	7.913	94.899	7.612
FCAT	100%	100	15.166	10.993	4.173	20.121	4.072	28.366	1.382
FUFS	100%	2.905	8.821	2.475	6.346	6.255	1.443	14.044	(1.680)
		<u>388.194</u>	<u>161.205</u>	<u>226.989</u>	<u>266.839</u>	<u>266.839</u>	<u>29.524</u>	<u>523.352</u>	<u>78.566</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controlada direta ATUAL em suas controladas diretas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

Investimentos em controladas em 2016	500.224
Equivalência patrimonial	78.566
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.930
Amortização de fundo de comércio	(12.904)
Dividendos em 2017	<u>(53.464)</u>
Investimentos em controladas em 2017	<u>523.352</u>
Equivalência patrimonial	83.306
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.028
Dividendos adicionais de 2017	(20.000)
Dividendos em 2018	(42.374)
Amortização de fundo de comércio	(9.601)
Adoção de novas praticas IFRS 09	<u>(8.986)</u>
Investimentos em controladas em 2018	<u>535.725</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

9 Intangível

(a) Intangível - Controladora

	<u>2017</u>		<u>2018</u>
	<u>Custo</u>	<u>Adições</u>	<u>Custo</u>
Custo			
Ágio em aquisições de investimentos (i)	780.065		780.065
Direito de uso de software	99		99
Projeto Integração	212		212
Fundo de comércio	79.704		79.704
	<u>860.080</u>		<u>860.080</u>
	<u>Taxas de amortização</u>		
	<u>Amortização</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>
Amortização			
Direito de uso de software	20% a.a. (77)	(14)	(91)
Projeto Integração	20% a.a. (54)	(43)	(97)
Fundo de comércio	20 a 33% a.a. (66.669)	(13.034)	(79.703)
	<u>(66.800)</u>	<u>(13.091)</u>	<u>(79.891)</u>
Saldo residual líquido	<u>793.280</u>	<u>(13.091)</u>	<u>780.189</u>
	<u>2016</u>		<u>2017</u>
	<u>Custo</u>	<u>Adições</u>	<u>Custo</u>
Custo			
Ágio em aquisições de investimentos (i)	780.065		780.065
Direito de uso de software	99		99
Projeto Integração	212		212
Fundo de comércio	79.704		79.704
	<u>860.080</u>		<u>860.080</u>
	<u>Taxas de amortização</u>		
	<u>Amortização</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>
Amortização			
Direito de uso de software	20% a.a. (59)	(18)	(77)
Projeto Integração	20% a.a. (11)	(43)	(54)
Fundo de comércio	20 a 50% a.a. (50.263)	(16.406)	(66.669)
	<u>(50.333)</u>	<u>(16.467)</u>	<u>(66.800)</u>
Saldo residual líquido	<u>809.747</u>	<u>(16.467)</u>	<u>793.280</u>

(i) O ágio é parte integrante da linha de investimento em função da incorporação da Estácio Ribeirão Preto Holding.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(b) Intangível - Consolidado

		2017				2018	
		Custo	Adições	Baixas	Transf.	Reclas. para imobilizado	Custo
Custo							
Ágio em aquisições de investimentos		1.181.481					1.181.481
Direito de uso de software		272.394	63.752	(736)	(15)	(399)	334.996
EAD e Integração		18.298					18.298
Central de Ensino		76.677	10.233				86.910
Arquitetura de TI		21.664					21.664
Conteúdo de disciplinas online		7.821	222				8.043
Fábrica de conhecimento EAD		33.868	5.436				39.304
Banco de questões		10.703	933				11.636
Fundo de Comércio		173.503					173.503
Outros		27.394	7.235	(413)	15		34.231
		<u>1.823.803</u>	<u>87.811</u>	<u>(1.149)</u>		<u>(399)</u>	<u>1.910.066</u>
Amortização							
	Taxas de amortização	Amortização	Adições	Baixas	Transf.	Reclas. para imobilizado	Amortização
Ágio em aquisições de investimentos	Indefinida	(6.924)					(6.924)
Direito de uso de software	20% a.a.	(192.746)	(45.179)	730		827	(236.368)
EAD e Integração	20% a.a.	(16.408)	(808)				(17.216)
Central de Ensino	10% a.a.	(19.912)	(11.106)				(31.018)
Arquitetura de TI	17 a 20% a.a.	(8.530)	(3.845)				(12.375)
Conteúdo de disciplinas online	20% a.a.	(6.436)	(571)				(7.007)
Fábrica de conhecimento EAD	10% a.a.	(4.537)	(4.247)				(8.784)
Banco de questões	20% a.a.	(3.442)	(2.182)				(5.624)
Fundo de Comércio	20 a 50% a.a.	(130.945)	(22.635)				(153.580)
Outros	20% a.a.	(13.715)	(3.674)	39			(17.350)
		<u>(403.595)</u>	<u>(94.247)</u>	<u>769</u>		<u>827</u>	<u>(496.246)</u>
Saldo residual líquido		<u>1.420.208</u>	<u>(6.436)</u>	<u>(380)</u>		<u>428</u>	<u>1.413.820</u>

Estácio Participações S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

		<u>2016</u>					<u>2017</u>	
		<u>Custo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Reclas. para imobilizado</u>	<u>Custo</u>	
Custo								
Ágio em aquisições de investimentos		1.195.499		(14.018)			1.181.481	
Direito de uso de software		236.101	40.825	(4.498)		(34)	272.394	
EAD e Integração		18.298					18.298	
Central de Ensino		72.123	4.557		(3)		76.677	
Arquitetura de TI		19.174	2.490				21.664	
Conteúdo de disciplinas online		7.603	218				7.821	
Fábrica de conhecimento EAD		28.741	5.127				33.868	
Banco de questões		9.268	1.435				10.703	
Fundo de Comércio		174.018		(515)			173.503	
Outros		24.213	3.302	(124)	3		27.394	
		<u>1.785.038</u>	<u>57.954</u>	<u>(19.155)</u>		<u>(34)</u>	<u>1.823.803</u>	
		<u>Taxas de amortização</u>	<u>Amortização</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Reclas. para imobilizado</u>	<u>Amortização</u>
Amortização								
Ágio em aquisições de investimentos	Indefinida	(6.924)						(6.924)
Direito de uso de software	20% a.a.	(148.808)	(48.438)	4.498			2	(192.746)
EAD e Integração	20% a.a.	(15.600)	(808)					(16.408)
Central de Ensino	5% a.a.	(16.590)	(3.322)					(19.912)
Arquitetura de TI	17 a 20% a.a.	(5.183)	(3.347)					(8.530)
Conteúdo de disciplinas online	20% a.a.	(4.900)	(1.536)					(6.436)
Fábrica de conhecimento EAD	5% a.a.	(3.043)	(1.494)					(4.537)
Banco de questões	20% a.a.	(1.543)	(1.899)					(3.442)
Fundo de Comércio	20 a 50% a.a.	(102.150)	(29.310)	515				(130.945)
Outros	20% a.a.	(10.805)	(3.008)	98				(13.715)
		<u>(315.546)</u>	<u>(93.162)</u>	<u>5.111</u>			<u>2</u>	<u>(403.595)</u>
Saldo residual líquido		<u>1.469.492</u>	<u>(35.208)</u>	<u>(14.044)</u>			<u>(32)</u>	<u>1.420.208</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o ágio líquido apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ágio em aquisições de investimentos líquido de amortização acumulada				
IREP			89.090	89.090
ATUAL			15.503	15.503
Seama			18.035	18.035
Idez			2.047	2.047
Uniuol			956	956
Fargs			8.055	8.055
São Luis			27.369	27.369
Facitec			26.654	26.654
Assesc			4.723	4.723
Iesam			26.797	26.797
Estácio Amazonas			26.214	26.214
Ceut			27.568	27.568
FNC			72.046	72.046
FCAT			20.120	20.120
FUFS			6.255	6.255
FAL			8.076	8.076
FATERN			14.979	14.979
Estácio Editora			5	5
Estácio Ribeirão Preto	9.371	9.371	9.371	9.371
Estácio Ribeirão Preto Holding	770.694	770.694	770.694	770.694
	<u>780.065</u>	<u>780.065</u>	<u>1.174.557</u>	<u>1.174.557</u>

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2018, os ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos, utilizando taxa nominal de 5,0% ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 12,4% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017 o ágio registrado na aquisição da Nova Academia no montante de R\$ 14.018 foi baixado como consequência do teste de impairment realizado (Nota 25).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

10 Imobilizado

Imobilizado - Consolidado

		2017				2018	
		Custo	Adições	Baixas	Transf.	Reclas. do Intangível	Custo
Custo							
Terrenos		19.295					19.295
Edificações		208.737	14.706	(143)	5.441	(357)	228.384
Benfeitorias em imóveis de terceiros		248.758	37.110	(4.721)	14.652		295.799
Móveis e utensílios		96.317	16.946	(3.398)	(15)	1	109.851
Computadores e periféricos		154.408	10.954	(2.999)	4	772	163.139
Máquinas e equipamentos		117.137	15.305	(448)	2	33	132.029
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares		48.283	13.973	(406)		4	61.854
Biblioteca		159.081	9.579	(1.048)		1	167.613
Instalações		51.615	2.278	(125)	152		53.920
Tablets		37.974		(5.522)	(10)		32.442
Construções em andamento		6.659	27.909		(20.183)		14.385
Desmobilização		22.196	4.892	(137)			26.951
Outros		10.731	7.051	(1.077)	(7)	(103)	16.595
		1.181.191	160.703	(20.024)	36	351	1.322.257
	Taxas de depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Transf.	Reclas.do intangível	Depreciação
Depreciação							
Edificações	1,67% a.a.	(59.546)	(3.770)	122	18	2	(63.174)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(134.199)	(29.702)	5.607	(66)		(158.360)
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(54.388)	(7.709)	3.206	(1)	(1)	(58.893)
Computadores e periféricos	25% a.a.	(118.348)	(17.732)	2.984		(731)	(133.827)
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(58.799)	(16.529)	302		(33)	(75.059)
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	6,67% a.a.	(19.740)	(3.153)	233		(4)	(22.664)
Biblioteca	5% a.a.	(69.061)	(7.116)	655		(1)	(75.523)
Instalações	8,33% a.a.	(18.233)	(3.733)	112			(21.854)
Tablets	20% a.a.	(27.469)	(6.427)	5.376	10		(28.510)
Desmobilização		(12.204)	(4.336)	61			(16.479)
Outros	14,44% a.a.	(6.788)	(931)	918	3	(11)	(6.809)
		(578.775)	(101.138)	19.576	(36)	(779)	(661.152)
Saldo residual líquido		602.416	59.565	(448)		(428)	661.105

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

		2016				2017	
		Custo	Adições	Baixas	Transf.	Reclas. do intangível	Custo
Custo							
Terrenos		19.295					19.295
Edificações		192.768	2.624	(6)	13.351		208.737
Benfeitorias em imóveis de terceiros		261.753	16.120	(47.990)	18.875		248.758
Móveis e utensílios		98.311	8.203	(10.224)	(6)	33	96.317
Computadores e periféricos		149.266	12.214	(7.516)	444		154.408
Máquinas e equipamentos		129.049	9.139	(21.051)			117.137
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares		44.483	5.749	(1.949)			48.283
Biblioteca		141.601	19.140	(1.661)		1	159.081
Instalações		52.796	3.653	(4.834)			51.615
Tablets		46.755		(8.337)	(444)		37.974
Construções em andamento		18.935	20.238	(190)	(32.324)		6.659
Desmobilização		22.312	1.062	(1.178)			22.196
Outros		11.075	935	(1.279)			10.731
		<u>1.188.399</u>	<u>99.077</u>	<u>(106.215)</u>	<u>(104)</u>	<u>34</u>	<u>1.181.191</u>
	Taxas de depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Transf.	Reclas. do intangível	Depreciação
Depreciação							
Edificações	1,67% a.a.	(52.171)	(3.556)	3	(3.822)		(59.546)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(143.234)	(32.927)	38.036	3.926		(134.199)
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(56.042)	(8.239)	9.895		(2)	(54.388)
Computadores e periféricos	25% a.a.	(107.394)	(18.337)	7.652	(269)		(118.348)
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(61.123)	(16.820)	19.144			(58.799)
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	6,67% a.a.	(18.793)	(2.920)	1.973			(19.740)
Biblioteca	5% a.a.	(63.935)	(6.767)	1.641			(69.061)
Instalações	8,33% a.a.	(15.849)	(4.591)	2.207			(18.233)
Tablets	20% a.a.	(27.891)	(8.174)	8.327	269		(27.469)
Desmobilização		(15.277)	2.146	927			(12.204)
Outros	14,44% a.a.	(6.630)	(925)	767			(6.788)
		<u>(568.339)</u>	<u>(101.110)</u>	<u>90.572</u>	<u>104</u>	<u>(2)</u>	<u>(578.775)</u>
Saldo residual líquido		<u>620.060</u>	<u>(2.033)</u>	<u>(15.643)</u>		<u>32</u>	<u>602.416</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

11 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Em moeda nacional					
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a			11.084	22.167
Contratos de arrendamento mercantil MB	IGPM/FGV a.a			10.412	
Outros contratos de arrendamento mercantil	IGPM, IGPI-DI / FGV a.a			5.877	2.816
Leasing IBM	CDI Over a.d + 2% a.m			5.675	13.696
Empréstimo IFC	CDI +1,53% a.a		30.764		30.764
Custos de captação IFC			(1.220)		(1.220)
Segunda emissão de debêntures	CDI+ 1,18% a.a	121.840	244.053	121.840	244.053
Quarta emissão de debêntures	CDI +1,50% a.a	50.214	100.421	50.214	100.421
Custos de captação de debêntures		(497)	(1.278)	(497)	(1.278)
Empréstimo Banco da Amazônia	9,5% a.a			7.372	9.227
Empréstimo FINEP	6% a.a	3.674	4.248	3.674	4.248
Notas promissórias Itaú (2º Tranche)	CDI+1,65% a.a		142.854		142.854
Notas promissórias Itaú	CDI+1,25% a.a	601.564		601.564	
Custos de captação de notas promissórias			(427)		(427)
		<u>776.795</u>	<u>519.415</u>	<u>817.215</u>	<u>567.321</u>
Passivo circulante		773.709	326.072	795.789	349.274
Passivo não circulante		3.086	193.343	21.426	218.047
		<u>776.795</u>	<u>519.415</u>	<u>817.215</u>	<u>567.321</u>

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2019		178.993		196.894
2020	587	9.431	6.829	12.364
2021	587	3.109	4.327	5.745
2022	587	587	2.450	1.347
2023	587	587	2.007	903
2024	587	587	1.875	745
2025 a 2028	151	49	3.938	49
Passivo não circulante	<u>3.086</u>	<u>193.343</u>	<u>21.426</u>	<u>218.047</u>

Os contratos de arrendamento mercantil estão garantidos pelos ativos subjacentes.

Os valores dos empréstimos do Grupo são em reais.

Em abril de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente o contrato de empréstimo junto ao Banco do Nordeste (BNB) no valor financiado de R\$ 4.100 financiado deste o início do contrato em 2013. O valor da liquidação executada em abril de 2017 foi de R\$ 225.

Em setembro de 2017, a Companhia finalizou o pagamento da 3ª emissão de debêntures (ESTC13) emitida em setembro de 2015 no valor de R\$ 187.000.

Em novembro de 2017, a Companhia liquidou a primeira de duas tranches da emissão de Notas Promissórias realizada em novembro de 2016. Sendo essa tranche no valor de R\$ 175.000 ao custo de 100% do CDI + 1,50%a.a. O valor da liquidação executada em novembro de 2017 foi de R\$ 187.000.

Em abril de 2018, a Companhia liquidou parcialmente a segunda emissão de debêntures no valor de R\$ 69.400, lançadas em outubro de 2014.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Em maio de 2018, a Companhia liquidou antecipadamente o contrato de empréstimo junto ao IFC (IFC I e IFC II), no valor de R\$ 48.500, e R\$ 20.340, financiado desde o início do contrato em 2011 e 2012, respectivamente. O valor da liquidação executada em maio de 2018 foi de R\$ 20.500 (IFC I) e R\$ 9.800 (IFC II).

Em junho de 2018, a Companhia liquidou parcialmente a quarta emissão de debêntures no valor de R\$ 53.900, lançadas em dezembro de 2016. Saldo residual de principal de R\$ 50.000.

Em novembro de 2018, a Companhia liquidou a segunda tranche da emissão de notas promissórias realizada em novembro de 2016. O valor da liquidação executada em dezembro de 2018 foi de R\$ 152.700.

Em dezembro de 2018, a Companhia concluiu a segunda emissão de notas promissórias no valor total de R\$ R\$ 600.000 com vencimento em 08 de março de 2019 ao custo de 105,75% do CDI.

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2018 de 2017, as controladas e controladora atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

12 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários, verbas indenizatórias e encargos sociais a pagar	330	352	102.370	120.652
Provisão de férias			31.284	37.988
	<u>330</u>	<u>352</u>	<u>133.654</u>	<u>158.640</u>

13 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ISS a recolher	5	5	18.335	15.300
IRRF a recolher	88	95	13.310	13.589
PIS e COFINS a recolher	93	72	2.838	3.703
IOF a recolher			64	64
	<u>186</u>	<u>172</u>	<u>34.547</u>	<u>32.656</u>
IRPJ a recolher			788	31.111
CSLL a recolher			253	13.027
			<u>1.041</u>	<u>44.138</u>
	<u>186</u>	<u>172</u>	<u>35.588</u>	<u>76.794</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

14 Parcelamentos de tributos

	Consolidado	
	2018	2017
IRPJ	533	1.067
CSLL	48	120
FGTS	810	1.457
ISS	1.345	3.332
PIS	91	113
COFINS	704	893
INSS	6.490	7.430
OUTROS	220	184
	<u>10.241</u>	<u>14.596</u>
Passivo circulante	3.563	4.295
Passivo não circulante	<u>6.678</u>	<u>10.301</u>
	<u>10.241</u>	<u>14.596</u>

Mensalmente o saldo de parcelamentos é atualizado pela Selic.

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras, Receita Federal e Previdência Social e os seus vencimentos a longo prazo estão apresentados abaixo:

	Consolidado	
	2018	2017
2019		2.105
2020	1.551	1.215
2021	1.130	907
2022	1.144	892
2023	1.110	892
2024 a 2029	<u>1.743</u>	<u>4.290</u>
	<u>6.678</u>	<u>10.301</u>

15 Preço de aquisição a pagar

	Consolidado	
	2018	2017
FACITEC		2.922
SÃO LUIS	9.140	8.588
IESAM	10.914	13.021
Estácio Amazonas	2.801	2.728
CEUT	3.974	4.660
FNC	13.886	26.102
FCAT	1.499	2.897
FUFS	<u>3.293</u>	<u>3.180</u>
	<u>45.507</u>	<u>64.098</u>
Aquisição de imóveis (i)	<u>2.833</u>	<u>23.000</u>
	<u>48.340</u>	<u>87.098</u>
Passivo circulante	34.488	57.109
Passivo não circulante	<u>13.852</u>	<u>29.989</u>
	<u>48.340</u>	<u>87.098</u>

(i) Saldo referente ao compromisso firmado entre IREP e União Norte Brasileira de Educação e Cultura - UNBEC, referente a diversos imóveis, localizados na cidade de Fortaleza, estado do Ceará.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Refere-se basicamente ao valor a pagar aos antigos proprietários, referente à aquisição das empresas relacionadas e imóveis, sendo corrigido mensalmente por um dos seguintes índices: SELIC, IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), IGP-M ou variação do CDI, a depender do contrato.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado	
	2018	2017
2019		26.809
2020	11.657	1.060
2021	2.195	2.120
	<u>13.852</u>	<u>29.989</u>

16 Contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado			
	2018		2017	
	Contingências	Depósitos judiciais	Contingências	Depósitos judiciais
Cíveis	20.019	16.334	15.147	14.572
Trabalhistas	98.453	48.310	62.712	73.155
Tributárias	8.445	17.058	8.425	15.081
	<u>126.917</u>	<u>81.702</u>	<u>86.284</u>	<u>102.808</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 288 é referente à contingência da controladora, sendo R\$ 103 cível e R\$ 185 tributária (R\$ 172 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 referente à contingência tributária).

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 2016	16.833	39.292	8.755	64.880
Adições	24.613	112.900	1.097	138.610
Reversões	(6.016)	(23.596)	(774)	(30.386)
Baixas por pagamentos	(18.955)	(55.298)	(653)	(74.906)
Atualização monetária	(1.328)	(10.586)		(11.914)
Saldos em 2017	15.147	62.712	8.425	86.284
Adições	33.133	78.297	8.740	120.170
Reversões	(2.867)	(6.267)	(7.814)	(16.948)
Baixas por pagamentos	(27.078)	(65.912)	(1.163)	(94.153)
Atualização monetária	1.684	29.623	257	31.564
Saldos em 2018	<u>20.019</u>	<u>98.453</u>	<u>8.445</u>	<u>126.917</u>

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a despesa com provisão para contingências reconhecida na demonstração do resultado estava representada da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Composição resultado		
Adições	120.170	138.610
Reversões	(16.948)	(30.386)
Atualização monetária	31.564	
Provisão para contingências	<u>134.786</u>	<u>108.224</u>
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(103.222)	(96.310)
Resultado financeiro (Nota 26)	<u>(31.564)</u>	<u>(11.914)</u>
	<u>(134.786)</u>	<u>(108.224)</u>

(a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, assim como algumas ações envolvendo direito imobiliário.

As provisões constituídas para processos de natureza cível decorrem dos seguintes objetos:

<u>Objetos</u>	<u>Valores</u>
Cobrança indevida	4.536
Imobiliário	4.876
Emissão de certificado de conclusão / diploma e colação de grau	1.511
Reconhecimento e cancelamento de curso / matrícula	1.060
FIES	1.135
PROUNI	139
Honorários de êxito	2.959
Outros (i)	<u>3.803</u>
	<u>20.019</u>

(i) Trata-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, ações civis públicas e demais indenizatórias.

(b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores.

As provisões constituídas para processos de natureza trabalhista decorrem dos seguintes objetos:

<u>Objetos</u>	<u>Valores</u>
Diferenças salariais e rescisórias + redução de carga horária + FGTS + aviso prévio	46.083
Horas extras + supressão inter + intrajornada	7.272
Dano moral / material / assédio moral	1.218
Cota previdenciária	9.105
Honorários	1.789
Desvio de função e equiparação	8.632
Multas (Art. 467 CLT, Art. 477 CLT E CCT / ACT)	1.330
Adicionais (insalubridade / noturno / aprimoramento / tempo de serviço / periculosidade)	837
Férias	1.362
Honorários de êxito	2.374
Outros (i)	<u>18.451</u>
	<u>98.453</u>

(i) Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do sindicato.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(c) Tributárias

As demandas tributárias versam principalmente sobre imunidade tributária, escalonamento de contribuições previdenciárias decorrentes da Lei nº 11.096/05, exclusão das bolsas de estudo da base de cálculo do ISS e multas por supostos descumprimentos de obrigações acessórias (regimes especiais de escrituração contábil).

As provisões constituídas para processos de natureza tributária decorrem dos seguintes objetos:

<u>Objetos</u>	<u>Valores</u>
ISS	104
Multa obrigação acessória	8
Honorários de êxito	8.333
	<u>8.445</u>

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais. Essas ações não são passíveis de constituição de provisão conforme práticas contábeis em vigor.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cíveis	219.542	158.010
Trabalhistas	201.783	136.266
Tributárias	599.706	446.740
	<u>1.021.031</u>	<u>741.016</u>

As principais ações classificadas como possíveis podem ser agrupadas da seguinte forma:

<u>Objetos Cíveis</u>	<u>Valores</u>
Cobrança indevida	44.194
Imobiliário	70.255
FIES	54.020
Matrícula	10.352
Emissão de certificado de conclusão/Diploma e colação de grau	13.075
PROUNI	1.436
Reconhecimento e cancelamento de curso	1.544
Outros (i)	24.666
	<u>219.542</u>

- (i) Trata-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, ações civis públicas. Procon e demais indenizatórias.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Objetos Trabalhistas	Valores
Diferenças salariais e rescisórias + Redução de carga horária + FGTS + aviso	70.990
Horas extras + Supressão Inter + Intra	49.545
Cota previdenciária	22.337
Desvio de função e equiparação	12.885
Dano moral/Material/Assédio moral	11.173
Multas (art. 467 clt, art. 477 CLT e CCT/ACT)	5.379
Honorários	9.666
Adicionais (Insalubridade/Noturno/Aprimoramento/Tempo de serviço/Periculosidade)	3.985
Férias	3.851
Estabilidade	2.916
Outros (i)	9.056
	<u>201.783</u>

(i) Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do sindicato.

Objetos Tributários	Valores
Contr. previdenciárias / FGTS	346.298
ISS	218.757
PROUNI / PIS / COFINS	6.828
IRPJ / CSLL / IRRF	14.157
IPTU / FORO / IPVA	4.576
Multas diversas	3.752
Arrolamento de bens/ CND / CEBAS	1.216
ICMS sobre energia elétrica	982
Outros	3.140
	<u>599.706</u>

A seguir resumimos a posição das principais ações classificadas como risco de perda possível:

Contribuição previdenciária:

- (i) Em razão da divergência de entendimento acerca do previsto no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), foram distribuídas Execuções Fiscais pela Fazenda Nacional visando à cobrança judicial de débitos referentes a alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias. Foram apresentados os respectivos embargos a essas execuções, os quais se encontram pendentes de julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 133.500. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (ii) Autos de infração em função do suposto descumprimento de obrigação tributária principal referente ao período de 02/2007 a 12/2007. A empresa interpôs recurso requerendo a anulação dos autos de infração ante a sua manifesta improcedência, o qual foi julgado parcialmente procedente, para considerar o percentual das contribuições patronais à razão de 20%, a partir do mês em que a Empresa migrou do regime econômico de entidade beneficente para sociedade empresária. Em 16 de janeiro de 2018, a Empresa ajuizou a ação anulatória para questionamento do débito remanescente, e sua respectiva tutela provisória foi deferida, de modo que as ações anulatórias aguardam julgamento do mérito em 1ª instância. O valor total envolvido é de R\$ 21.894. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (iii) A Secretaria da Receita Federal lavrou autos de infração contra a SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de 01/2006 a 01/2007 e descumprimento de obrigações

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

acessórias. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007. Em agosto de 2012, a SESES foi intimada para ciência de decisão de 1ª instância administrativa que deu provimento parcial às nossas respectivas impugnações, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de 01/2006 a 07/2006, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Foi interposto Recurso Voluntário em 27 de setembro de 2012. Em 20.09.2016, os autos foram distribuídos e, no momento, aguarda-se nova inclusão do recurso em pauta para julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 120.758. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

ISS - Imposto sobre serviços:

- (i) Em razão da Execução Fiscal distribuída pelo Município de Niterói, decorrente de lavratura de auto de infração, ocorrida em 29 de setembro de 2009, cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 e janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrituração fiscal/contábil nos termos da legislação em vigor. Foram apresentados os nossos embargos à execução em 16 de setembro de 2013, os quais estão pendentes de julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 35.442. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (ii) O Município do Rio de Janeiro lavrou auto de infração contra a SESES por entender que as bolsas de estudos não poderiam ser deduzidas da base de cálculo do ISS. A autuação abrangeu o período de agosto de 2009 a julho de 2010, cuja impugnação foi apresentada em 12 de abril de 2012. Em 12 de setembro de 2012, os autos foram remetidos à Coordenadoria de Revisão e Julgamento Tributário. Em 1º de abril de 2014, a SESES tomou ciência da decisão que julgou improcedente a impugnação apresentada e manteve a autuação e interpôs recurso voluntário em 30 de abril de 2014. Para apreciação do recurso, os autos foram encaminhados para o Conselho dos Contribuintes em 02 de setembro de 2014. No momento, aguarda-se nova inclusão do recurso em pauta para julgamento. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível. O valor total envolvido é de R\$ 53.468.
- (iii) Em 14/08/2018 recebemos Execução Fiscal, em nome da Sociedade Tecnopolitana da Bahia LTDA (STB), incorporada pela IREP em 06/2010, decorrente de ausência de pagamento de ISS no período de 2007 a 02/2011. O lançamento teve origem em diligência decorrente de processo de baixa de atividade dos estabelecimentos da matriz e filial da STB. Em 03/10/2018 apresentamos Embargos à Execução. Atualmente aguardamos julgamento em 1ª instância. O valor total envolvido é de R\$ 16.396. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

17 Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações. Em 31 de dezembro de 2018 o capital social é representado por 309.088.851 ações ordinárias.

Na reunião de conselho de administração, realizada em 15 de março de 2018, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 8.946, mediante a capitalização de saldo de reservas de lucros, sem a emissão de novas ações.

A composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

Acionistas	Ações ordinárias			
	2018	%	2017	%
Administradores e conselheiros	601.693	0,2	817.606	0,2
Tesouraria	8.975.936	2,9	8.461.767	2,7
Outros (i)	299.511.222	96,9	308.617.045	97,1
	<u>309.088.851</u>	<u>100</u>	<u>317.896.418</u>	<u>100</u>

(i) Free float

(b) Movimentação das ações do capital

Quantidade de ações em 2017	317.896.418
Cancelamento de ações em tesouraria - Reunião do Conselho de Administração 13 de junho de 2018	<u>(8.807.567)</u>
Quantidade de ações em 2018	<u>309.088.851</u>

Não houve movimentação nas ações de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(c) Ações em tesouraria

Em Reunião do Conselho de Administração no dia 29 de setembro de 2017, foi aprovado, o 5º Programa de Recompra de nossas ações, em bolsa de valores, de até 15.894.821 ações ordinárias equivalente a 5,00% do capital social. Em 16 de maio de 2018, o Conselho de Administração aprovou a extensão do prazo do 5º programa de recompras de 12 para 18 meses, com encerramento em 21 de dezembro de 2018. Após o encerramento do programa, o número total de ações recompradas foi de 10.515.700 (dez milhões quinhentos e quinze mil e setecentas) ações ordinárias, equivalente a 66,16% do total das ações previstas para o programa.

	Quantidade	Custo médio	Saldo
Ações em tesouraria em 2017	8.461.767	15,42	130.454
Pagamento de SOP com ações em tesouraria (Nota 17 d.3)	(1.193.964)	16,04	(19.147)
Cancelamento de ações	(8.807.567)	17,55	(154.603)
Recompra de ações	<u>10.515.700</u>	<u>23,77</u>	<u>249.937</u>
Ações em tesouraria em 2018	<u>8.975.936</u>	<u>23,02</u>	<u>206.641</u>

(d) Reservas de capital

(d.1) Ágio na subscrição de ações

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais.

O valor do ágio na subscrição de ações nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é composto da seguinte forma:

	Controladora	
	2018	2017
Reserva de impostos	3	3
Lucros não distribuíveis (i)	96.477	96.477
Reserva especial de ágio na incorporação	85	85
Ágio na subscrição de ações	<u>498.899</u>	<u>498.899</u>
	<u>595.464</u>	<u>595.464</u>

(i) Lucros auferidos em períodos anteriores a transformação da Companhia em sociedade empresarial

O ágio com a emissão de ações está representado da seguinte forma:

	2018
Subscrição de 17.853.127 ações	(23.305)
Valor pago pelas 17.853.127 ações	<u>522.204</u>
Ágio na emissão de ações	<u>498.899</u>

(d.2) Opções de outorgas e Incentivo de longo prazo

A Companhia constituiu a reserva de capital para opções de ações outorgadas e incentivos de longo prazo conforme mencionado na Nota 20. Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*) até a data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(d.3) Ágio e deságio na alienação de ações em tesouraria

O ágio e deságio na alienação de ações em tesouraria refere-se à diferença entre o preço da aquisição que a Companhia pagou pelas ações e o valor de alienação pela utilização das ações para pagamento do programa de opções outorgadas.

O deságio com alienação das ações em tesouraria está representado da seguinte forma em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Quantidade de ações	Alienação	Valor pago	Deságio
Pagamento SOP em 2017	1.036.291	15.976	11.282	4.694
Pagamento SOP em 2018	<u>1.193.964</u>	<u>19.147</u>	<u>15.858</u>	<u>3.289</u>
Deságio na alienação de ações acumulado em 2018	<u>2.230.255</u>	<u>35.123</u>	<u>27.140</u>	<u>7.983</u>

(e) Reservas de lucros

(e.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

(e.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2018, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 459.472 a “Reserva para Efetivação de Novos Investimentos” referentes a potenciais aquisições, expansão e melhorais em infraestrutura, tecnologia e expansão orgânica, conforme previsto em estatuto da Companhia. Essa proposta de retenção de lucros será submetida à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26 de abril de 2019.

(e.3) Excesso de reserva de lucros

De acordo com o artigo 199 da lei das sociedades por ações, o somatório das reservas de lucro não poderá ser superior ao montante do capital social da Companhia. Dessa forma, na assembleia geral realizada em 15 de março de 2018 a administração aprovou o aumento de capital de R\$ 8.946.

(f) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

Em 2018, foram pagos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2017 no montante de R\$ 100.840 (Em 2017 foram pagos R\$ 87.424 relativos ao exercício de 2016).

Em 20 de dezembro de 2018, foram pagos no montante de R\$ 400.000 referente a distribuição de dividendos intermediários aprovado pelo Conselho de Administração, oriundos da conta de Reserva de Lucros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

	Controladora	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício da controladora	644.873	424.590
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	(32.244)	(21.230)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	612.629	403.360
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>153.157</u>	<u>100.840</u>
Quantidade de ações em 31 de dezembro	309.088.851	317.896.418
Quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro	(8.975.936)	(8.461.767)
Dividendo por ação em circulação - em reais	<u>0,51033</u>	<u>0,32588</u>

18 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado.

(a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado, tendo em vista que estão sujeitos a carência máxima de 90 dias.

(b) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(c) Contas a receber

São classificados como recebíveis e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam ao valor de mercado.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

(e) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

18.1 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	Consolidado	
	2018	2017
Nível 2		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	804.360	510.450
	<u>804.360</u>	<u>510.450</u>

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

18.2 Fatores de riscos financeiros

Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo podem ser assim enumerados:

(a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

O Grupo também está sujeito a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos, pelo gerenciamento ativo da inadimplência e pela pulverização dos saldos. Adicionalmente, a Companhia exige a liquidação ou negociação das parcelas em atraso dos alunos no reingresso do próximo semestre letivo.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Investimento, aprovada pelo Conselho de Administração. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos judiciais encontram-se com instituições financeiras com riscos de crédito A a AAA de acordo com as agência de crédito *Standard & Poor's*, *Fitch* ou *Moody's*. Para caso de dois ou mais *ratings*, será considerado o *rating* da maioria. Em casos de *rating* distintos, a Companhia utiliza o maior *rating* como base.

(b) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

(c) Risco de taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a Companhia não possui posição em moeda estrangeira.

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos do Grupo em 31 de dezembro de 2018 em relação a 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

A Companhia vem implementando medidas para reverter o quadro de capital circulante líquido da controladora, tais como: o controle efetivo das despesas e revisão dos investimentos não prioritários, para obter o equilíbrio econômico financeiro no curto e médio prazo.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 2018				
Fornecedores	105.812			
Empréstimos	775.747	3.205	5.605	871
Obrigações com arrendamento financeiro	20.042	6.335	2.554	7.572
Preço de aquisição a pagar	34.488	12.348	2.363	
Em 2017				
Fornecedores	70.923			
Empréstimos	327.952	193.357	20.652	1.850
Obrigações com arrendamento financeiro	21.322	15.247	2.889	
Preço de aquisição a pagar	57.109	28.486	3.361	

(e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos em reais, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor justo desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registradas a valor justo, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos três cenários diferentes. Com base na taxa CDI publicada oficialmente pela CETIP em 31 de dezembro de 2018 (6,40% a.a.), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%, cenários II e III respectivamente.

Para cada cenário foram calculadas as "receita financeira bruta e as despesas financeiras", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2018, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Operações	Risco	Cenário elevação do CDI		
		Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras R\$ 804.360	CDI	6,40% 51.479	8,00% 64.349	9,60% 77.219
Debêntures II R\$ 121.533	CDI+1,18	7,66% (9.304)	9,27% (11.272)	10,89% (13.239)
Debêntures IV R\$ 50.024	CDI+1,50	8,00% (4.000)	9,62% (4.812)	11,24% (5.625)
NPs R\$ 601.564	105,75% CDI	6,77% (40.714)	8,46% (50.892)	10,15% (61.071)
Posição líquida		(2.539)	(2.627)	(2.716)

Operações	Risco	Cenário queda do CDI		
		Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras R\$ 804.360	CDI	6,40% 51.479	4,80% 38.609	3,20% 25.740
Debêntures II R\$ 121.533	CDI+1,18	7,66% (9.304)	6,04% (7.337)	4,42% (5.369)
Debêntures IV R\$ 50.024	CDI+1,50	8,00% (4.000)	6,37% (3.188)	4,75% (2.375)
NPs R\$ 601.564	105,75% CDI	6,77% (40.714)	5,08% (30.535)	3,38% (20.357)
Posição líquida		(2.539)	(2.451)	(2.361)

(f) Gestão de Capital

A dívida da Companhia em relação ao Patrimônio Líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é apresentada a seguir em dados consolidados:

	Consolidado	
	2018	2017
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	817.215	567.321
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(13.686)	(13.996)
Dívida líquida	803.529	553.325
Patrimônio líquido	2.591.409	2.777.257
Dívida líquida sobre patrimônio	0,31	0,20

(g) Compensação de instrumentos financeiros

Não há ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a compensações contratuais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

19 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas	
	2018	2017
Responsabilidade civil dos diretores	80.000	150.000
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Seguro patrimonial (i)	130.406	68.386
Vida em grupo	610.333	487.026

(i) Corresponde a prédios, benfeitorias, móveis, maquinismos, materiais e utensílios, mercadorias e matérias-primas.

20 Remuneração dos administradores

(a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 19 de abril de 2017, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 19.942 e R\$ 21.988, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes assembleias de acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 20 (b).

(b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas às regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa.

Com o encerramento do 1º e 2º Programas, em 20 de dezembro de 2010 foi aprovada a criação do 3º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 3 de janeiro de 2011, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 2 de abril de 2012 com o encerramento do 3º Programa foi aprovada a criação do 4º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 19,00 (dezenove reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de abril de 2012, até a data do efetivo exercício da opção.

A partir de 2013 a Companhia passou a utilizar para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial, porém a Companhia não modificará as outorgas antigas, de acordo com as normas estabelecidas no pronunciamento CPC 10, que continuam a ser calculadas pelo modelo de *Black and Scholes*.

Em 1º de março de 2013 com o encerramento do 4º Programa foi aprovada a criação do 5º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 40,00 (quarenta reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 1 de março de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 21 de maio de 2013 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento das ações de emissão da Companhia na razão de 1 em 3 ações da mesma classe e espécie.

Em 02 de outubro de 2013 com o encerramento do 5º Programa foi aprovada criação do 6º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 15,67 (quinze reais e sessenta e sete centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de outubro de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 14 de outubro de 2014 com o encerramento do 6º Programa foi aprovada criação do 7º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 14 de outubro de 2014, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 02 de outubro de 2015 com o encerramento do 7º Programa foi aprovada criação do 8º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 13,15 (treze reais e quinze centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 02 de outubro de 2015, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 29 de abril de 2016 com o encerramento do 8º Programa foi aprovada criação do 9º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 10,85 (dez reais e oitenta e cinco centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 29 de abril de 2016, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 19 de julho de 2016 com o encerramento do 9º Programa foi aprovada criação do 10º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 15,12 (quinze reais e doze centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 19 de julho de 2016, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 25 de abril de 2017 com o encerramento do 10º Programa foi aprovada a criação do 11º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 14,18 (quatorze reais e dezoito centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 25 de abril de 2017, até a data do efetivo exercício da opção.

Estácio Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Em 31 de dezembro de 2018 o número de opções outorgadas, que foram exercidas foi de 12.842.762 ações (R\$ 107.354), sendo o total de ações outorgadas, subtraída das ações prescritas de 17.576.902 ações (R\$ 166.060).

Programas	Outorgadas	Opções Prescritas	Opções Abandonadas	Exercidas	Saldo de Ações
1P	11.910.909	5.067.255	469.539	6.374.115	
2P	1.411.563	798.438	131.835	481.290	
3P	1.805.373	451.929	62.947	1.269.316	21.181
4P	2.736.000	696.000	19.423	2.016.677	3.900
5P	720.000	348.000	118.394	253.606	
6P	5.090.000	2.231.000	1.875.248	663.282	320.470
7P	889.000	370.200	244.884	92.326	181.590
8P	983.000	378.400	43.432	383.514	177.654
9P	1.300.000	300.000		820.000	180.000
10P	1.105.779	344.000	39.000	340.000	382.779
11P	991.010	380.510	16.255	148.636	445.609
Total Geral	28.942.634	11.365.732	3.020.957	12.842.762	1.713.183

O total de opções outorgadas que foram exercidas nos últimos trimestres é como segue:

	Ações exercidas
31 de dezembro de 2016	10.556.842
31 de março de 2017	10.556.842
30 de junho de 2017	11.375.594
30 de setembro de 2017	11.375.594
31 de dezembro de 2017	11.593.133
31 de março de 2018	11.595.333
30 de junho de 2018	12.772.667
30 de setembro de 2018	12.835.412
31 de dezembro de 2018	12.842.762

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de *Black-Scholes* são descritas a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Fair Value	Preço do Ativo Base (I)	Expectativa de Volatilidade Anual	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida Estimada (anos)	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Prescritas
Programa 1P jul/08	15/04/2009	15/04/2019	R\$ 2,36	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.668	509.100
Programa 1P jul/08	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 3,15	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	538.176
Programa 1P jul/08	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,69	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	552.720
Programa 1P jul/08	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 4,37	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	552.720
Programa 1P jul/08	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,71	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	552.720
Programa 1P jul/08 Cons.	15/04/2009	11/07/2018	R\$ 2,35	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	9	60.000	30.000
Programa 1P jul/08 Cons.	15/04/2010	11/07/2018	R\$ 3,14	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	8	60.000	30.000
Programa 1P set/08	15/04/2009	15/04/2019	R\$ 0,47	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.645	0
Programa 1P set/08	15/04/2010	15/02/2020	R\$ 1,12	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	9	663.633	399.999
Programa 1P set/08	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 1,55	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.633	399.999
Programa 1P set/08	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 1,78	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.633	399.999
Programa 1P set/08	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,08	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.633	399.999
Programa 1P jan/09	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 0,57	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.915	18.180
Programa 1P jan/09	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 1,21	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09	14/04/2012	15/04/2022	R\$ 1,62	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09	14/04/2013	15/04/2023	R\$ 1,92	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09	14/04/2014	15/04/2024	R\$ 2,11	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09 Cons.	15/04/2010	13/01/2019	R\$ 0,57	R\$ 7,91	63,99%	1,72%	6,83%	8	1.363.635	0
Programa 1P jan/09 Cons.	15/04/2011	13/01/2019	R\$ 1,21	R\$ 7,91	63,99%	1,72%	6,83%	7	1.363.635	0
Programa 1P set/09	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 1,78	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.582	0
Programa 1P set/09	15/04/2011	15/02/2021	R\$ 2,51	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	9	174.537	32.727
Programa 1P set/09	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,00	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.537	32.727
Programa 1P set/09	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,40	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.537	32.727
Programa 1P set/09	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,62	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.537	101.814
Programa 1P jan/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,96	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.112	10.914
Programa 1P jan/10	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,78	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	38.181
Programa 1P jan/10	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 4,34	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	38.181
Programa 1P jan/10	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,76	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	52.728
Programa 1P jan/10	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,03	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	52.728
Programa 1P mar/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,43	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,23	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,77	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,18	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,43	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 2P mai/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	0
Programa 2P mai/10	15/04/2012	15/04/2021	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	3	140.625	140.625
Programa 2P mai/10	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	140.625
Programa 2P mai/10	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	140.625
Programa 2P mai/10	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	140.625
Programa 2P jul/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 1,37	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.702	39.063
Programa 2P jul/10	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 2,19	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	39.063
Programa 2P jul/10	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,72	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	48.438
Programa 2P jul/10	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,12	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	48.438
Programa 2P jul/10	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 3,36	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	60.936
Programa 2P nov/10 Cons.	15/04/2011	03/11/2020	R\$ 2,48	R\$ 8,56	57,60%	1,52%	5,88%	9	30.000	0
Programa 2P nov/10 Cons.	14/04/2012	03/11/2020	R\$ 3,34	R\$ 8,56	57,60%	1,52%	5,88%	8	30.000	0
Programa 3P jan/11	15/04/2012	15/04/2022	R\$ 1,99	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.861	10.170
Programa 3P jan/11	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,02	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.807	35.592
Programa 3P jan/11	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,72	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.807	51.072
Programa 3P jan/11	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,25	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.807	51.072
Programa 3P jan/11	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,60	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.807	51.072
Programa 3P jan/11 Cons.	15/04/2012	03/01/2021	R\$ 2,00	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	8	30.000	0
Programa 3P jan/11 Cons.	14/04/2013	03/01/2021	R\$ 3,03	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	7	30.000	0
Programa 3P abr/11	15/04/2012	15/04/2022	R\$ 1,29	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.324	12.717
Programa 3P abr/11	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,27	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.240	38.133
Programa 3P abr/11	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,92	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.240	61.011
Programa 3P abr/11	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 3,42	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.240	61.011
Programa 3P abr/11	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 3,74	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.240	80.079
Programa 4P abr/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 1,12	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	27.000
Programa 4P abr/12	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 1,81	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	42.000
Programa 4P abr/12	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 2,26	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	42.000
Programa 4P abr/12	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 2,60	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	60.000
Programa 4P abr/12	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 2,82	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	138.000
Programa 4P abr/12 Cons.	15/04/2013	02/04/2022	R\$ 1,09	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	8	180.000	0
Programa 4P abr/12 Cons.	14/04/2014	02/04/2022	R\$ 1,78	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	7	180.000	0
Programa 4P jul/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 2,23	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	0
Programa 4P jul/12	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,96	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	0
Programa 4P jul/12	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 3,46	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	9.000
Programa 4P jul/12	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 3,86	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	9.000
Programa 4P jul/12	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 4,12	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	48.000
Programa 4P ago/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 2,64	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	0
Programa 4P ago/12	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,37	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	18.000
Programa 4P ago/12	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 3,88	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	18.000
Programa 4P ago/12	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,29	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	18.000
Programa 4P ago/12	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 4,55	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	18.000
Programa 4P nov/12	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 6,31	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	0
Programa 4P nov/12	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 6,88	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	0
Programa 4P nov/12	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 7,36	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	15.000
Programa 4P nov/12	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 7,79	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	15.000
Programa 4P nov/12	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 8,08	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	15.000

(i) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Binomial, são descritas a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Fair Value	Preço do Ativo Base (I)	Expectativa de Volatilidade Anual	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida Estimada (anos)	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Prescritas
Programa 4P jan/13	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 8,23	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	7.200
Programa 4P jan/13	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 8,35	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	7.200
Programa 4P jan/13	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 8,48	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	7.200
Programa 4P jan/13	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 8,62	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	88.200
Programa 4P jan/13	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 8,75	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	94.200
Programa 5P 3	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 6,37	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	0
Programa 5P 3	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 7,02	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	21.000
Programa 5P 3	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 7,60	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	102.000
Programa 5P 3	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 8,11	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	102.000
Programa 5P 3	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 8,58	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	123.000
Programa 6P out13	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 5,05	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	5.000
Programa 6P out13	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 5,79	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	5.000
Programa 6P out13	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 6,40	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	19.000
Programa 6P out13	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 6,94	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	88.000
Programa 6P out13	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 7,43	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	104.000
Programa 6P Jul14	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 15,13	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	0
Programa 6P Jul14	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 15,76	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	80.000
Programa 6P Jul14	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 16,41	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	602.000
Programa 6P Jul14	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 17,05	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	608.000
Programa 6P Jul14	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 17,65	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	608.000
Programa 6P Jul14 Cons.	15/04/2015	04/07/2024	R\$ 15,09	R\$ 16,79	28,80%	0,00%	11,99%	9	162.500	0
Programa 6P Jul14 Cons.	15/04/2016	04/07/2024	R\$ 15,69	R\$ 16,79	28,80%	0,00%	11,99%	8	162.500	0
Programa 6P Ago14	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 14,48	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	0
Programa 6P Ago14	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 15,10	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	28.000
Programa 6P Ago14	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 15,74	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	28.000
Programa 6P Ago14	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 16,38	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	28.000
Programa 6P Ago14	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 16,98	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	28.000
Programa 6P Ago14 Cons.	15/04/2015	01/08/2024	R\$ 14,43	R\$ 16,88	28,80%	0,00%	11,99%	9	50.000	0
Programa 6P Ago14 Cons.	15/04/2016	01/08/2024	R\$ 15,02	R\$ 16,88	28,80%	0,00%	11,99%	8	50.000	0
Programa 7P Out14	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 8,58	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	16.000
Programa 7P Out14	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 9,71	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	37.000
Programa 7P Out14	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 10,64	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	86.000
Programa 7P Out14	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 11,47	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	104.400
Programa 7P Out14	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 12,24	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	131.800
Programa 8P Out15	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 5,45	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	2.000
Programa 8P Out15	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 6,42	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	56.800
Programa 8P Out15	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 7,20	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	81.200
Programa 8P Out15	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 7,88	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	122.200
Programa 8P Out15	15/04/2020	15/04/2030	R\$ 8,47	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	122.200
9ª Programa Abr16	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 6,02	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	10	80.000	20.000
9ª Programa Abr16	15/04/2018	15/04/2027	R\$ 6,66	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	10	80.000	20.000
9ª Programa Abr16	15/04/2019	15/04/2027	R\$ 7,14	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	10	80.000	20.000
9ª Programa Abr16	15/04/2020	15/04/2027	R\$ 7,52	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	10	80.000	20.000
9ª Programa Abr16	15/04/2021	15/04/2027	R\$ 7,83	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	10	80.000	20.000
9ª Programa Abr16 Cons.	15/04/2017	29/04/2017	R\$ 3,17	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	2	450.000	100.000
9ª Programa Abr16 Cons.	15/04/2018	29/04/2018	R\$ 4,43	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	2	450.000	100.000
10ª Programa Jul16	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 6,89	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	10	208.000	2.000
10ª Programa Jul16	15/04/2018	15/04/2027	R\$ 7,89	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	10	208.000	33.000
10ª Programa Jul16	15/04/2019	15/04/2027	R\$ 8,61	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	10	208.000	103.000
10ª Programa Jul16	15/04/2020	15/04/2027	R\$ 9,18	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	10	208.000	103.000
10ª Programa Jul16	15/04/2021	15/04/2027	R\$ 9,64	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	10	208.000	103.000
10ª Programa Jul16 Cons.	15/04/2017	29/04/2017	R\$ 6,89	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	2	32.890	0
10ª Programa Jul16 Cons.	15/04/2018	29/04/2018	R\$ 7,89	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	2	32.890	0
11ª Programa Abr17	15/05/2018	15/05/2028	R\$ 6,14	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	10	188.000	13.500
11ª Programa Abr17	15/05/2019	15/05/2028	R\$ 6,84	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	10	188.000	82.000
11ª Programa Abr17	15/05/2020	15/05/2028	R\$ 7,41	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	10	188.000	82.000
11ª Programa Abr17	15/05/2021	15/05/2028	R\$ 7,86	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	10	188.000	82.000
11ª Programa Abr17	15/05/2022	15/05/2028	R\$ 8,26	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	10	188.000	82.000
11ª Programa Abr17 Cons.	15/05/2018	29/04/2018	R\$ 6,14	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	2	25.505	25.505
11ª Programa Abr17 Cons.	15/05/2019	29/04/2019	R\$ 6,84	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	2	25.505	25.505

(i) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10 (R1), os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece trimestralmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, em despesas gerais e administrativas na rubrica pessoal e encargos sociais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecida R\$ 7.678 (R\$ 7.458 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017). O valor da provisão em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 80.585 (R\$ 72.907 em 31 de dezembro de 2017).

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Diretoria estatutária

	2018		2017	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	13,62	1.493.472	13,62	1.503.136
Exercidas	13,52	362.069	13,65	9.664
Prescritas	0,00	0,00	0,00	0,00
Abandonadas	16,97	120.255	0,00	0,00
	<u>13,81</u>	<u>1.011.148</u>	<u>13,62</u>	<u>1.493.472</u>

Conselho de administração

	2018		2017	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	10,20	950.779	10,21	975.779
Exercidas	9,92	350.000	9,70	25.000
	<u>10,13</u>	<u>600.779</u>	<u>10,20</u>	<u>950.779</u>

(c) Programa especial de incentivo de longo prazo

O Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários "ILP", aprovado na RCA de 28 de Janeiro de 2014 e ratificado pela AGO/E de 30 de abril de 2014, foi criado com o intuito de aperfeiçoar as práticas de Governança Corporativa da Estácio, bem como fortalecer os incentivos para a permanência e estabilidade de longo prazo dos Diretores Estatutários, dentro do contexto de uma Companhia Aberta com controle acionário pulverizado.

O Programa tem como beneficiários exclusivos os diretores estatutários da Estácio, e foi estruturado sob a forma de remuneração variável, cujo valor dependerá do valor de mercado de suas ações, podendo ser liquidado em dinheiro ou em ações, sendo decisão da entidade a forma de liquidação. Atualmente a Estácio estima liquidar através das ações mantidas em tesouraria.

Em 05 de fevereiro de 2015, a Companhia recebeu deferimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através do ofício CVM/SEP/GEA-2/Nº034/2014, sobre consulta protocolada em 25 de agosto de 2014, na qual solicitou autorização para utilização de ações em tesouraria no programa de remuneração de longo prazo (ILP).

A remuneração, no âmbito do presente Programa, está totalmente liquidada em 31 de dezembro de 2018 e foi calculada multiplicando-se a determinada quantidade de ações (sendo tal quantidade denominada "Ações de Referência") pelo valor de mercado das mesmas no último pregão da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorrerá cada pagamento. O somatório da quantidade de Ações de Referência a serem concedidas a todos os beneficiários conjuntamente considerados será de 994.080 ações.

Cabe ressaltar que o pagamento de cada parcela anual de remuneração devida nos termos do Programa está condicionado à deliberação e aprovação pelos acionistas da Estácio, reunidos em assembleia geral ordinária no respectivo exercício social, como parte integrante da remuneração global fixada para a administração da Estácio.

Adicionalmente, a critério exclusivo do Conselho de Administração, uma ou mais parcelas de remuneração previstas, podem ser pagas mediante a entrega de ações que a Companhia mantenha em tesouraria, desde

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

que em estrita conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foi reconhecida provisão (R\$ 94 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017). O valor da provisão do programa em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 304.

(d) Programa *Performance Share*

Em 18 de outubro de 2018 foi aprovado em assembleia geral extraordinária o novo Programa de Outorga de Ações Restritas da Companhia.

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações Restritas aos Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições, com o objetivo de: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle; (b) incentivar a melhoria da gestão da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo; (c) alinhar os interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas; e (d) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

Poderão ser eleitos como Beneficiários do Plano os administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme definido pelo Conselho de Administração.

O número total de ações restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano não poderá exceder, juntamente com as opções e/ou ações outorgadas no âmbito de outros planos de remuneração baseada em ações da Companhia (as quais serão consideradas no cálculo do limite total aqui estabelecido), o limite total de 3% (três por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação de cada Programa.

O preço de referência por ação restrita utilizado para definir a quantidade de ações restritas outorgada a cada beneficiário corresponderá à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia na B3 S.A. nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de cada Programa.

Cada Programa criado pelo Conselho de Administração terá um prazo de 5 (cinco) anos, cujas ações restritas outorgadas serão divididas em 5 (cinco) iguais lotes anuais, com o período de carência (*vesting*) ocorrendo anualmente.

Excepcionalmente, com relação ao 1º Programa, aprovado pelo Conselho de Administração em 2018, o período de carência (*vesting*) para os primeiros 20% de ações restritas outorgadas se encerrará em 31 de dezembro de 2018, com a entrega das respectivas ações restritas aos beneficiários até 01 de abril de 2019, de modo que o período de carência (*vesting*) para cada um dos demais lotes de 20% se encerrará em 31 de dezembro de cada ano, com a entrega das respectivas ações restritas até 01 de abril do ano subsequente.

Para o novo Plano de Outorga de Ações Restritas, o valor da provisão do programa em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 4.658.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

21 Resultado por ações

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação.

(a) Resultado por ações - básico

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	644.873	424.590
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	<u>305.110</u>	<u>308.875</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - básico	<u><u>2,11358</u></u>	<u><u>1,37464</u></u>

(b) Resultado por ações - diluído

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	644.873	424.590
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	305.110	308.875
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	<u>1.516</u>	<u>964</u>
Média ponderada ajustada de ações em circulação	<u>306.626</u>	<u>309.839</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - diluído	<u><u>2,10313</u></u>	<u><u>1,37036</u></u>

22 Receita líquida de serviços prestados

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta presencial	4.889.860	4.722.732
Receita bruta EAD	<u>894.308</u>	<u>688.014</u>
	5.784.168	5.410.746
Deduções da receita bruta	(2.164.791)	(2.031.767)
Gratuidades - bolsas de estudo	(1.878.949)	(1.727.568)
Devolução de mensalidades e taxas	(11.706)	(7.910)
Descontos concedidos	(760)	(17.604)
Impostos	(155.760)	(152.425)
Ajuste a valor presente - PAR	(25.431)	(11.195)
Ajuste a valor presente - DIS	(8.110)	-
FGEDUC	(59.786)	(69.086)
Outros	<u>(24.289)</u>	<u>(45.979)</u>
	<u><u>3.619.377</u></u>	<u><u>3.378.979</u></u>

23 Custos dos serviços prestados

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal e encargos sociais	(1.160.341)	(1.312.676)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(41.307)	(41.866)
Aluguéis, condomínios e IPTU	(243.583)	(250.601)
Correios e Malotes	(1.720)	(2.717)
Depreciação e amortização	(97.120)	(96.752)
Material didático	(6.572)	(10.760)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	(56.432)	(61.741)
Outros (i)	<u>(25.737)</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(1.632.812) (1.777.113)

(i) Os valores referentes aos repasses a polos parceiros (R\$ 18.595) em 2017 eram classificados como dedução de receita operacional na rubrica "outros".

As despesas com pessoal e encargos sociais incluem aproximadamente R\$ 91.469 em 2018 (R\$ 122.324 em 2017) relativo a verbas indenizatórias por rescisões contratuais.

24 Despesas comerciais, gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas comerciais				
Provisão para devedores duvidosos			(333.699)	(235.074)
Publicidade			(172.470)	(164.518)
Vendas e marketing			(45.833)	(42.382)
Outras			(1.044)	(1.587)
			<u>(553.046)</u>	<u>(443.561)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal e encargos sociais	(4.874)	(5.897)	(173.170)	(179.727)
Serviços de terceiros	(5.850)	(6.063)	(129.951)	(87.949)
Material de consumo			(2.033)	(2.689)
Manutenção e reparos	(71)	(60)	(38.140)	(45.385)
Depreciação e amortização	(13.092)	(16.484)	(98.265)	(97.520)
Convênios educacionais		(29)	(16.875)	(9.620)
Viagens e estadias	(123)	(244)	(7.245)	(8.748)
Eventos institucionais	(5)	(4)	(2.962)	(2.980)
Provisão para contingências	(110)	(171)	(103.222)	(96.310)
Cópias e encadernações		(2)	(3.733)	(5.421)
Seguros	(8.288)	(8.568)	(9.076)	(9.457)
Material de limpeza			(2.880)	(3.386)
Condução e transporte	(3)	(6)	(5.179)	(6.368)
Aluguel de veículo			(3.203)	(3.524)
Outras	(373)	(1.148)	(18.364)	(39.240)
	<u>(32.789)</u>	<u>(38.676)</u>	<u>(614.298)</u>	<u>(598.324)</u>

25 Outras receitas/despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas com convênios	272	1.633	439	2.653
Receitas de aluguéis			9.308	9.287
Ganho (perda) de capital no imobilizado (i)		(14.044)	(646)	(24.326)
Provisão para perda venda da carteira (ii)			(55.486)	
Outras receitas (despesas) operacionais	(143)	314	(829)	(4.084)
	<u>129</u>	<u>(12.097)</u>	<u>(47.214)</u>	<u>(16.470)</u>

(i) Em 2017, o saldo da controladora, refere-se, principalmente, à baixa por *impairment* do ágio de sua controlada Nova Academia. Em 2017, o saldo do consolidado, refere-se à baixa de imobilizado de unidades fechadas da empresa IREP e provisão para perda de imobilizado de imóveis entregues em 2018.

(ii) Valor referente a baixa integral da carteira de alunos vendida em anos anteriores, onde a Companhia não possui expectativa de realização.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Multas e juros recebidos por atraso			32.243	28.248
Atualização contas a receber FIES			8.419	10.805
Rendimentos de aplicações financeiras	6.557	10.385	37.909	48.289
Atualização de créditos fiscais	2.026	3.043	5.930	10.194
Ajuste a valor presente FIES				13.194
Atualização PAR			3.729	
Atualização DIS			3.248	
Outras			851	7.129
	<u>8.583</u>	<u>13.428</u>	<u>92.329</u>	<u>117.859</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(877)	(2.391)	(33.164)	(15.843)
Juros e encargos financeiros	(32.201)	(97.489)	(64.800)	(129.195)
Atualização da provisão para contingências	(6)	(1)	(31.564)	(12.728)
Descontos financeiros (i)			(62.450)	(54.763)
Variação monetária passiva			(5.499)	(6.561)
Gastos com empréstimos	(2.611)	(9.165)	(2.611)	(9.165)
Outras	(954)	(653)	(11.068)	(1.057)
	<u>(36.649)</u>	<u>(109.699)</u>	<u>(211.156)</u>	<u>(229.312)</u>

(i) Corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

27 Resultado por segmento de negócios

	Presencial		EAD		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receita Operacional Bruta	4.889.843	4.722.761	894.325	687.985	5.784.168	5.410.746
(-) Deduções da Receita bruta	(1.813.224)	(1.732.308)	(351.567)	(299.459)	(2.164.791)	(2.031.767)
Receita Operacional Líquida	<u>3.076.619</u>	<u>2.990.453</u>	<u>542.758</u>	<u>388.526</u>	<u>3.619.377</u>	<u>3.378.979</u>
Custos dos Serviços Prestados	(1.556.320)	(1.718.266)	(76.492)	(58.847)	(1.632.812)	(1.777.113)
Pessoal	(1.109.145)	(1.255.607)	(51.196)	(57.069)	(1.160.341)	(1.312.676)
Aluguéis, condomínio e IPTU	(243.543)	(250.169)	(40)	(432)	(243.583)	(250.601)
Material didático	(6.505)	(10.291)	(67)	(469)	(6.572)	(10.760)
Serviços de terceiros e outros	(100.648)	(106.084)	(24.548)	(240)	(125.196)	(106.324)
Depreciação	(96.479)	(96.115)	(641)	(637)	(97.120)	(96.752)
Lucro bruto	<u>1.520.299</u>	<u>1.272.187</u>	<u>466.266</u>	<u>329.679</u>	<u>1.986.565</u>	<u>1.601.866</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

28 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão apresentados a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	639.955	403.286	653.180	432.058
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(217.585)	(137.117)	(222.081)	(146.900)
Depreciação	1	(5)	(2.037)	(1.431)
Arrendamento			233	(1.112)
Ajuste a valor presente			(11.997)	615
Equivalência patrimonial	238.232	187.112		
Amortização de ágio	(4.432)	(5.579)	(7.696)	(9.963)
Despesas não dedutíveis (i)			(3.381)	(2.789)
Opções outorgadas / provisão ILP funcionários			(3.364)	(2.568)
Prejuízo fiscal não constituído	(16.175)	(44.485)	(21.009)	(47.850)
Despesas com desmobilização			(1.474)	
Provisão para contingências	(41)	(58)	(14.292)	(7.477)
PDD(ii)		132	(43)	(2.517)
Mensalidades a cancelar e a faturar			(9.929)	3.047
Provisão de risco FIES			(355)	(540)
Provisão para perda no imobilizado			2.424	(2.424)
Outras			1.541	1.419
			(293.460)	(220.490)
Benefícios fiscais				
Incentivo fiscal - PROUNI			229.107	175.123
Incentivo fiscal - Lei Rouanet			6.200	4.211
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício			(58.153)	(41.156)

(i) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

(ii) Refere-se a boleto em aberto que não obedecem aos critérios de dedutibilidade exigidos pela legislação tributária vigente.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes			(58.153)	(41.156)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.471	5.509	48.530	21.293
Imposto de renda e contribuição social de períodos anteriores			869	
Imposto de renda e contribuição social diferido - PERT(i)	447	15.795	447	12.395
	<u>4.918</u>	<u>21.304</u>	<u>(8.307)</u>	<u>(7.468)</u>

(i) Em 2017 as empresas Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda, IREP Sociedade de Ensino Superior Médio e Fundamental Ltda, Sociedade Educacional Atual da Amazonia Ltda, Sociedade Universitária de Excelência Educacional Rio Grande do Norte Ltda, Sociedade Educacional da Amazonia Ltda, Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul Ltda, Unisaoluis Educacional Ltda, Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda, Assesc Sociedade Educacional da Amazônia Ltda, Sociedade de Ensino Superior Estácio Ribeirão Preto Ltda e Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda aderiram ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) patrocinado pela Receita Federal do Brasil e, por consequência, liquidou saldos de IRPJ/CSLL a pagar no montante de R\$ 24.174, sendo R\$ 1.215 liquidados em dinheiro em cinco parcelas mensais a partir de agosto de 2017 e R\$ 18.864 em créditos de prejuízos fiscais próprios e da holding Estácio Participações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 131.390 (R\$ 56.440 em 31 de dezembro de 2017). A composição do efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ajuste a valor presente			15.868	3.871
Provisão para contingências	98	58	43.152	28.860
PDD			31.362	4.899
Mensalidades a cancelar			12.019	2.090
Provisão para desmobilização			5.623	4.149
Provisão para perda no imobilizado				2.424
Fundo de comércio		(4.432)	(6.772)	(14.471)
Provisão risco FIES			7.121	6.766
Opções outorgadas reconhecidas			31.126	27.763
Arrendamentos			(376)	(141)
Ágio incorporadas			(11.290)	(11.290)
Depreciação	13	13	2.663	626
Prejuízo fiscal			894	894
	<u>111</u>	<u>(4.361)</u>	<u>131.390</u>	<u>56.440</u>
Ativo	111		136.576	70.617
Passivo		(4.361)	(5.186)	(14.177)
	<u>111</u>	<u>(4.361)</u>	<u>131.390</u>	<u>56.440</u>

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizadas em 31 de dezembro de 2018 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Conseqüentemente não há expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 31 de dezembro de 2018 a controlada IREP possui imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 9.060 decorrentes da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 123.656 (R\$ 107.481 em 31 de dezembro de 2017) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

29 Compromissos

O quadro a seguir apresenta os pagamentos futuros mínimos anuais, requeridos e não canceláveis, relacionados as obrigações contratuais assumidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
Compromissos em 2018			
Arrendamentos operacionais	20.042	9.218	3.788
Contratos de aluguel dos campi	195.451	603.374	430.200
Compromissos em 2017			
Arrendamentos operacionais	20.560	17.358	

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Contratos de aluguel dos campi	195.270	606.145	453.107
--------------------------------	---------	---------	---------

30 Eventos subsequentes

Conclusão da 5ª Emissão de Debêntures: conforme comunicado ao mercado e ao público em geral em 21 de fevereiro de 2019, foi concluída pela companhia, a oferta pública da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária ("Debêntures"), em até 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Oferta Restrita"), por meio da qual foram emitidas 60.000 (sessenta mil) Debêntures, sendo 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e 35.000 (trinta e cinco mil) Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"), com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais), perfazendo o montante total de R\$600.000 (seiscentos milhões de reais).

As Debêntures da Primeira Série têm prazo de vencimento de 3 (três) anos contados da data de emissão e as Debêntures da Segunda Série têm prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da data de emissão. Os recursos obtidos pela Companhia por meio da Oferta Restrita foram destinados para a realização do resgate antecipado obrigatório da totalidade das notas promissórias comerciais da 2ª (segunda) emissão da Companhia.

* * *

Proposta de Orçamento de Capital**Proposta da Administração a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26.04.2019**

Srs. Acionistas,

Em conformidade com o disposto no Art. 196 da Lei 6.404/76 e no artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução CVM nº 480/09, vimos submeter à aprovação de V.Sas. o Orçamento de Capital da Estácio Participações S.A.

Tendo em vista as projeções realizadas para dar continuidade ao crescimento dos negócios em 2019, a Companhia realizará investimentos em infraestrutura, tecnologia, expansão orgânica e aquisições, conforme abaixo descrito. Para concretizar esses investimentos será necessária a formação da Reserva de Retenção de Lucros no montante de R\$ 459.472.217,20 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e dois, duzentos e dezessete reais e vinte centavos), proveniente do lucro líquido do exercício de 2018.

O valor destinado para Reserva de Retenção de Lucros servirá para financiamento de parte do Orçamento de Capital da Companhia para o exercício de 2019.

O valor do orçamento de capital de 2018, compreendendo imobilizado a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral que será realizada em 26.04.2019 é de R\$470.600.000,00 (quatrocentos e setenta milhões e seiscentos mil reais).

Para fazer frente a este plano de investimento, teremos as seguintes origens:

- a) R\$ 459.472.217,20 de Reserva de Retenção de Lucros; e
- b) R\$ 11.127.783,00 de Recursos de terceiros.

Destinação:

	2019	R\$MM
Sustentação da Operação		180,1
Expansão		95,0
Melhorias		95,3
Melhorias Estruturantes		65,7
M&As (parcelas)		34,5
Total Geral		470,6

Rio de Janeiro, 14 de Março de 2019.

Estácio Participações S.A.
A Administração

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Administradores e Acionistas da

Estácio Participações S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Estácio Participações S.A. (“Companhia” ou “Estácio”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Estácio Participações S.A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receitas

Conforme indicado nas notas explicativas 2.20a e 22, a receita da Companhia consiste basicamente na prestação de serviços de atividade de ensino superior, presencial e a distância, para pessoas físicas matriculados semestralmente nos cursos regulares oferecidos pela Companhia. A receita é gerada por um grande volume de transações com baixo valor individual. Neste contexto, o processo de reconhecimento de receitas demanda a existência efetiva de controles internos, que estejam em funcionamento durante todo o período para assegurar o adequado registro das receitas no período de competência adequado, incluindo a manutenção das políticas da Companhia para o cadastro de alunos, precificação dos cursos oferecidos pela Companhia, renegociação de débitos e de elegibilidade de alunos aos benefícios do FIES e PROUNI.

Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) testes dos controles internos relevantes implementados pela administração que suportam os processos de reconhecimento de receitas, incluindo, dentre outros, controles operacionais para o cadastramento de alunos, processo de contratação, ativação, renegociação de recebíveis, reativação e renovação de matrículas; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e d) relatórios de frequência de alunos; (iii) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos FIES e confirmação da comprovação da adesão do aluno ao programa de financiamento; (iv) verificação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado, tendo em vista a confirmação e aprovação do financiamento pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Estudantil (FNDE); (v) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos que são elegíveis ao PROUNI e confirmação da comprovação de adesão do aluno ao Programa de Universidade para Todos; (vi) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado; (vii) testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados; e (viii) verificação da conciliação das bases de contas a receber de alunos com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.20 e 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do ágio oriundo de combinações de negócios

O teste de redução ao valor recuperável do ágio, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura como resultado das combinações de negócios realizadas pela Companhia, envolve estimativas e julgamentos críticos por parte da administração. Conforme indicado na nota explicativa 9, o ágio reconhecido como resultado destas combinações de negócio representa aproximadamente 29% do total de ativos.

O processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) obtenção e análise do fluxo de caixa projetado elaborado pela administração da Companhia para o teste de redução ao valor recuperável, comparando-o com os planos de negócios aprovados pela Governança; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os resultados efetivos atuais, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) discussão com a administração em relação às principais premissas e testes quanto à metodologia utilizada na mensuração do valor recuperável, especialmente as taxas de desconto e as taxas de crescimento utilizadas na projeção, considerando: (a) envolvimento dos nossos especialistas em avaliação de empresas para nos auxiliar na discussão das principais premissas utilizadas, em comparação com aquelas verificadas no mercado em negócios similares, quando disponíveis; (b) aplicação de análises de sensibilidade sobre as principais premissas adotadas pela administração; e (iv) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela administração da Estácio sobre as premissas-chave no teste de recuperabilidade do ágio incluídas na nota explicativa 9 as demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de valor recuperável do ágio adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias

Conforme indicado na nota explicativa 16, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas cíveis, trabalhistas, e tributárias, oriundos do curso ordinário de seus negócios.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam as respectivas causas, assim como por parte da administração da Estácio, abrangendo também a mensuração de eventuais desembolsos futuros. Nesse processo, são considerados, entre outros, os aspectos relacionados com a existência de jurisprudência e/ou a recorrência das demandas apresentadas.

Nesse contexto e devido a relevância dos montantes envolvidos, consideramos as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) obtenção de entendimento dos processos implementados pela administração para identificar, monitorar e registrar contingências; (ii) envio de carta de confirmação diretamente aos consultores jurídicos, internos e externos, que patrocinam processos administrativos e judiciais da Companhia, com objetivo de confirmar os valores e prognósticos de perda dos processos e sua correta divulgação nas notas explicativas às demonstrações financeiras; (iii) verificação das premissas utilizadas para provisão de contingências trabalhistas, levando em conta o critério específico adotado pela Companhia, baseado no histórico de liquidação de processos, incluindo acordos; (iv) para processos tributários selecionados, envolvimento de nossos especialistas internos nestes temas, para nos apoiar nas discussões em relação a prognósticos feito por advogados externos; (v) verificação das comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais a Companhia é parte; e (vi) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os riscos cíveis, trabalhistas e tributários na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras.

Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento da provisão para contingências, o qual não foi realizado pela Companhia em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão estimada de crédito de liquidez duvidosa

A apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve subjetividade e alto grau de julgamento da administração. A determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo renegociação de dívidas.

Consideramos essa uma área foco de auditoria, pois o uso desses julgamentos, premissas e fatores na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa poderia resultar em variações significativas nessa estimativa.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos relevantes estabelecidos para apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, incluindo: (i) avaliação da integridade da base de dados considerada na análise; (ii) discussão com a administração das premissas adotadas na mensuração do valor recuperável do contas a receber; (iii) recálculo da provisão, incluindo o reprocessamento do aging list e aplicação dos critérios definidos pela administração; e (iv) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão estimada de crédito de liquidez duvidosa, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 4, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2019.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Fernando Alberto S. Magalhães

Contador CRC-1SP133169/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia, no uso de suas atribuições legais, consoante as disposições do artigo 163 da Lei n.º 6.404/76 e, nos limites da sua competência, (i) após concluírem os trabalhos de verificação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, com os devidos esclarecimentos prestados pelos administradores da Companhia e baseados no relatório e parecer dos Auditores, emitiram parecer favorável à aprovação das contas da administração e das Demonstrações Financeiras, que, acompanhadas do Relatório da Administração, estão adequadas e em condições de serem submetidas à apreciação dos acionistas; e (ii) após análise e esclarecimentos prestados pelos administradores da Companhia, emitiram parecer favorável à proposta da administração de destinação do resultado do exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2018, incluindo o pagamento de dividendos e o orçamento de capital, recomendando a sua aprovação pelos acionistas da Companhia, nos termos propostos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2019.

Emanuel Sotelino Schifferle

Pedro Wagner Pereira Coelho

Vanessa Claro Lopes

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA E FINANÇAS ESTATUTÁRIO

EXERCÍCIO 2018

Aos

Conselheiros de Administração da Estácio Participações S.A.

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria e Finanças Estatutário (CAF) da Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") é órgão estatutário desde 31.08.2017, existindo como comitê de assessoramento ao Conselho de Administração desde 23.07.2008, com a denominação de Comitê de Auditoria, denominação alterada para a atual na reunião do Conselho de Administração de 28.01.2014, quando ocorreu também a revisão de seu Regimento Interno.

O CAF reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do CAF são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno. A responsabilidade do CAF está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria.

As avaliações do CAF baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Em 18.04.2018 foram eleitos, para cumprir mandato até abril de 2020, os Srs. Osvaldo Burgos Schirmer, na função de coordenador do CAF e também membro especialista, Brenno Raiko de Oliveira e Líbano Miranda Barroso, que renunciou ao cargo de Conselheiro de Administração e de membro do CAF, por motivos pessoais, em 26.09.2018, permanecendo a vaga em aberto.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

No período de 18.04.2018 a 14.03.2019, o CAF reuniu-se 06 vezes. Essas reuniões envolveram os Diretores, Auditoria Interna e, em algumas delas, a Auditoria Externa. As atas das reuniões do CAF são disponibilizadas no Portal de Governança da Companhia para os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e, nas reuniões do Conselho de Administração, o Coordenador do CAF relata e enfatiza aos demais Conselheiros, quando julga apropriado, os assuntos relevantes e pertinentes, identificados nas atividades do CAF. As principais atividades realizadas foram:

Revisão, supervisão e recomendação do plano de trabalho da Auditoria Interna;

Monitoramento das provisões e contingências judiciais;

Avaliação e monitoramento da eficácia dos Controles Internos e da Matriz de Riscos;

Acompanhamento das atividades de Compliance

Acompanhamento e supervisão das atividades e da atuação da Auditoria Interna;

Acompanhamento das atividades da Ouvidoria;

Acompanhamento das averiguações e das denúncias recebidas via Canal de Denúncias;

Monitoramento da implantação dos planos de ação, decorrentes das recomendações feitas pela Auditoria Interna e Auditoria Independente;

Identificação e recomendação para melhorias nos processos, durante as discussões com as diversas áreas convocadas, bem como acompanhamento e monitoramento das implantações dessas recomendações;

Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS);

Revisão das Informações Trimestrais - ITRs, do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras e do Formulário de Referência;

Análise do Orçamento da Companhia;

Análise dos temas de M&A;

Revisão do seu Regimento Interno;

Análise do Informe de Governança da Companhia; e

Parcelamento para alunos, PROUNI e PDD.

O CAF, em 2018, não realizou reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal da Companhia.

3. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, com os gestores das diversas áreas da Companhia, foram efetuadas diversas recomendações de ações corretivas para processos de controles e gestão dos negócios. As pendências e os respectivos atendimentos às ações corretivas são devidamente registrados em atas. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias e das adequações sugeridas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A Administração da Estácio é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações.

A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Estácio, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTES E INTERNA

O CAF mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

A partir do 1º Trimestre de 2017 a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS.

O CAF acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pelas Auditorias Independentes, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos. Em decorrência, o CAF avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independentes concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Estácio, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com as normas do Novo Mercado da B3 e com as normas internacionais IFRS.

O CAF reuniu-se em diversas ocasiões com os responsáveis pela área de controladoria para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos, os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório e as suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cuja opinião se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras.

O CAF verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com às normas do Novo Mercado da B3 e com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS.

7. CONCLUSÕES

Durante a condução dos trabalhos, o CAF não identificou nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e a independência da EY com relação à Estácio. Dessa forma, nos termos do Regimento Interno do CAF, o CAF informa ao Conselho que não tem conhecimento de nenhum tipo de relacionamento entre a EY e a Estácio que possa ter afetado sua independência na execução dos trabalhos da auditoria independente das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018.

O CAF registra, ainda, que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da Estácio, os Auditores Independentes da EY e o próprio CAF em relação às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

As opiniões e julgamentos do CAF dependem das informações que são apresentadas pela Estácio, em particular dos Administradores, das Diretorias de Controladoria (responsável também pela Gestão de Riscos), Jurídica e Compliance, Auditoria Interna e demais diretorias envolvidas, além dos Auditores Independentes. Neste sentido, o CAF julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras auditadas.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2019.

Oswaldo Burgos Schirmer

Coordenador e Especialista Financeiro do CAF Brenno Raiko de Souza

Membro do CAF

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E FINANÇAS

Os abaixo assinados membros do Comitê de Auditoria e Finanças da Estácio Participações S.A., no exercício de suas atribuições, conforme previsto no artigo 3º, alínea "c" do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Finanças, emitem parecer favorável para o Conselho de Administração e recomendam a aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e das respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício de 2018, não havendo qualquer divergência entre a administração da companhia, os auditores independentes e este comitê.

São Paulo, 12 de março de 2019.

Osvaldo Burgos Schirmer

Coordenador e Membro do CAF

Brenno Raiko de Souza

Membro do CAF

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Estácio Participações S.A.

Declaração da Diretoria

Em cumprimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VII, da Instrução CVM nº 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. declaram, por unanimidade e sem dissidências, que revisaram, discutiram e concordaram com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., ambos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2019.

Eduardo Parente

Gustavo Artur Ciocca Zeno

Hudson Rubem de Oliveira Mello Junior

José Aroldo Alves Junior

Alberto de Senna Santos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Estácio Participações S.A.

Declaração da Diretoria

Em cumprimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VII, da Instrução CVM nº 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. declaram, por unanimidade e sem dissidências, que revisaram, discutiram e concordaram com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., ambos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2019.

Eduardo Parente

Gustavo Artur Ciocca Zeno

Hudson Rubem de Oliveira Mello Junior

José Aroldo Alves Junior

Alberto de Senna Santos